



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

PAULA MARA MESSIAS COSTA

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, EM
SALVADOR – BAHIA: DESAFIOS E MÚLTIPLAS FUNÇÕES**

Salvador
2018

PAULA MARA MESSIAS COSTA

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, EM
SALVADOR – BAHIA: DESAFIOS E MÚLTIPLAS FUNÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Renato Barbosa Reis.

Salvador
2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Costa, Paula Mara Messias

Percepção dos moradores do entorno do Parque das Dunas, em Salvador – Bahia: desafios e múltiplas funções. / Paula Mara Messias Costa.- Salvador, 2018.

88 fl.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Renato Barbosa Reis.

1. Parques Urbanos. 2. Meio Ambiente. 3.Educação Ambiental I. Reis, Renato Barbosa, orient.. II. Título.

CDD:712

PAULA MARA MESSIAS COSTA

PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, EM
SALVADOR – BAHIA: DESAFIOS E MÚLTIPLAS FUNÇÕES

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador – Laureate International Universities - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Renato Barbosa Reis - Orientador _____
Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz – Fundação Oswaldo Cruz, CPQGM
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Icaro Thiago Andrade Moreira _____
Doutor em Geologia Ambiental e dos Recursos Hídricos pelo NEA/Departamento de Oceanografia/IGEO da Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Plínio Martins Falcão _____
Doutor em Geografia Física pela Universidade de São Paulo - USP
Instituto Federal de Educação - IFBA Ciências e Tecnologia da Bahia

Salvador, 18 de outubro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e conhecidos, que me deram apoio, força e palavras incentivadoras neste processo de dissertação, desde seu início até este momento, e que, de uma forma ou outra, colaboraram, mesmo sem saber que estavam me apoiando. Expresso meu profundo agradecimento.

Aos meus pais, que me proporcionaram, com seus esforços pessoais e materiais de toda uma vida, poder ter uma boa educação e ter tido condições de chegar nesta etapa do meu conhecimento acadêmico. Além de terem dado todo apoio pessoal na etapa de aplicação da pesquisa de campo, este apoio tornou esta etapa um pouco menos pesada.

A Roberta, minha irmã, que abdicou de momentos de descanso para me auxiliar no lançamento das informações para alimentar o banco de dados da pesquisa de campo.

A Glauria, a quem defiro minha total admiração como ser humano, profissional e intelectual, por ter feito muito neste trabalho, de forma ímpar; sem ela, este não estaria em sua versão final. Foi fundamental toda a sua ajuda, pessoal e acadêmica, somente nós duas sabemos do quanto foi importante para a finalização desta dissertação. Agradecê-la nunca será suficiente, não existem palavras e ações que o possam fazer.

A Plínio, que, em muitos momentos, foi meu grande influenciador em todo projeto, cujo profissionalismo de altíssimo gabarito e sensibilidade humana insuperável, me ajudou a encontrar o tema ideal, assim como o caminho possível para o trabalho ser realizado. Além disso, fez contribuições metodológicas e teóricas importantíssimas. A quem devo grandemente a idealização e operacionalização da árdua etapa que foi a pesquisa de campo.

Aos colegas/amigos do IFBA – *Campus* Salvador, que direta ou indiretamente, me apoiaram com incentivo e ajuda indispensável neste trabalho.

Ao Instituto Federal da Bahia (IFBA), *Campus* Salvador, por ter me concedido licença para elaboração de parte deste e por ter financiado parte dos meus estudos, essencial para o desenvolvimento e término deste trabalho.

Aos professores do PPDRU, pelos ensinamentos; em especial a Renato Reis, professor orientador, que foi extremamente compreensivo em relação a todos os percalços pessoais, de saúde e acadêmicos pelos quais passei no percurso do mestrado. Desde o dia em que fomos apresentados, enquanto orientanda e orientador, foi de uma leveza e compreensão humana admirável, nunca teria conseguido concluir este trabalho sem este apoio. Meu muitíssimo obrigada por tudo.

Aos estudantes, Adriana Andrade Correia Moura, Cassio de Jesus Viana, João Vitor Muniz, Góes, Juliana Pereira Petronílio Santos, Mateus de Jesus Viana e Teslandia de Oliveira Pinto, fundamentais na aplicação dos questionários, com dedicação à etapa da pesquisa de campo de forma atenciosa, comprometida e competente. Todos foram formidáveis.

Aos entrevistados, sem os quais esse trabalho perderia a razão de ser.

A todos, obrigada!!!

"O céu é quando a cidade constrói lugares atraentes onde viver; o inferno é quando domina a arquitetura 'urbanicida'".

(Jordí Borja, Civismo, 2006)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a percepção dos moradores do entorno do Parque das Dunas, em Salvador – BA, quanto às múltiplas funções que o parque exerce para a cidade, o qual situa-se, mais especificamente, no bairro da praia do Flamengo. Trata-se de uma pesquisa empírica de cunho indutivo, através do estudo de caso, cuja perspectiva parte de um caso particular para aspectos mais abrangentes, que podem consistir em possibilidades para o desenvolvimento local. No intuito de atingir os objetivos propostos no estudo, utilizou-se os métodos de procedimento histórico e descritivo. Conclui-se que os moradores desconhecem o Parque das Dunas, visto que a grande maioria dos moradores e familiares do entorno nunca visitaram o parque, apesar de valorizarem a existência deste e afirmarem ser importante a existência dele. Também ficou evidente que a grande maioria destas pessoas reconhece que o parque pode trazer benefícios no que se refere à influência positiva no clima, na importância para a preservação da biodiversidade, na capacidade de proporcionar lazer e no potencial de transmitir educação ambiental. Ficou evidente a necessidade de o parque fazer um planejamento específico de divulgação junto aos seus vizinhos, e que esta divulgação esteja dentro de um projeto maior de educação ambiental. Tais ações são necessárias a fim de que os moradores do entorno se sintam importantes e atores ativos no que se refere à existência do parque e sejam os seus grandes agentes beneficiários e protetores.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Parques Urbanos. Qualidade de Vida.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the perception of the residents of the Dunas Park, in Salvador - BA, regarding the multiple functions that the park carries out for the city, which is located, more specifically, in the neighborhood of Flamengo beach. It is an empirical research of an inductive nature, through the case study, whose perspective is part of a particular case for more comprehensive aspects, which may consist of possibilities for local development. In order to reach the objectives proposed in the study, the methods of historical and descriptive procedure were used. It is concluded that the inhabitants do not know the Dunas Park, since the great majority of the residents and relatives of the surroundings never visited the park, although they value the existence of this one and affirm to be important the existence of it. It was also evident that the vast majority of these people recognize that the park can bring benefits in terms of positive climate influence, importance for biodiversity preservation, the ability to provide leisure and the potential to convey environmental education. The need for the park to make a specific planning for its neighbors, and that this disclosure is part of a larger environmental education project, was evident. Such actions are necessary in order that the residents of the surroundings feel important and active actors regarding the existence of the park and are their great agent beneficiaries and protectors.

Keywords: Environment. Environmental education. Urban Parks. Quality of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com imagem da área do Parque das Dunas	16
Figura 2 – Vista aérea do parque das Dunas	17
Figura 3 – Vista aérea de Salvador/BA	27
Figura 4 – Parque São Bartolomeu – Salvador/BA	30
Figura 5 – Dique do Tororó – Salvador/BA	32
Figura 6 - Atividades no Parque da Cidade – Salvador/BA	33
Figura 7 – Critérios de qualidade	34
Figura 8 – Revitalização do Rio Cheonggyecheon- Coréia do Sul	37
Figura 09 – Temperaturas em ambientes naturais	39
Figura 10 – Cartilha Ambiental – prefeitura de Bertiooga/S.P.	39
Figura 11 – Parque Metropolitano de Pituacu	42
Figura 12 – Parque da Cidade	44
Figura 13 – Mapa – Unidades de Conservação	47
Figura 14 – Localização do Parque das Dunas, sob imagens do satélite QuickBird	48
Figura 15 – Foto aérea do Parque da Dunas em 1979	49
Figura 16 - Foto da entrada do Parque das Dunas	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos Parques da cidade de Salvador-BA	43
Quadro 2 – Estrutura do parque das Dunas	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo	55
Gráfico 2 – Idade	56
Gráfico 3 – Estado Civil	56
Gráfico 4 – Filhos	57
Gráfico 5 – Quantidade de Filhos	57
Gráfico 6 – Tempo de Residência no Bairro	58
Gráfico 7 – Número de pessoas que moram em cada residência	58
Gráfico 8 – Escolaridade	59
Gráfico 9 - Possui fonte de renda	59
Gráfico 10 - Tipo de Trabalho	60
Gráfico 11 – Renda média mensal	60
Gráfico 12 – Gosta de morar no bairro	61
Gráfico 13 – O que mais gosta no bairro	62
Gráfico 14 – O que menos gosta no bairro	63
Gráfico 15 – Sistema de Saneamento Básico (rede de esgoto)	64
Gráfico 16 – Coleta de Lixo	64
Gráfico 17 – Pavimentação das Ruas	65
Gráfico 18 – Iluminação Pública	65
Gráfico 19 – Oferta de estabelecimentos comerciais (mercados, bancos, farmácia, etc.)	66
Gráfico 20 – Sistema de Transporte público	66
Gráfico 21 – Segurança no bairro	67
Gráfico 22 – Ocorrência de assaltos no bairro	67
Gráfico 23 – Número de ocorrências de assaltos	68
Gráfico 24 – Policiamento no bairro	68
Gráfico 25 – Lazer no bairro	69
Gráfico 26 – Sobre o Parque das Dunas	70
Gráfico 27 – Visitou o Parque das Dunas	70
Gráfico 28 – O que mais gosta no Parque	71
Gráfico 29 – O que menos gosta no Parque	71
Gráfico 30 – Algum familiar já visitou o Parque?	72

Gráfico 31 – Utilização do Parque como lazer	72
Gráfico 32 – Movimento de pessoas/ veículos no bairro	73
Gráfico 33 – Presença de animais	74
Gráfico 34 – O Parque das Dunas contribui para a insegurança do bairro	74
Gráfico 35 – Ampliação do aeroporto x redução do Parque das Dunas	75
Gráfico 36 – Importância dos Parques	75
Gráfico 37 – Importância do Parque das Dunas para a cidade	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CDC	Centers for Disease Control and Prevention
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTI	Instituto de Ciência Tecnologia e Interdisciplinaridade
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PPDRU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
RBMA	Reserva da Biosfera de Mata Atlântica
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
UC	Unidade de Conservação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIDUNAS	Universidade Livre das Dunas e Restinga de Salvador
UNIFACS	Universidade Salvador

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	METODOLOGIA.....	21
2.1	PRIMEIRA ETAPA: PRÉ-CAMPO.....	23
2.2	SEGUNDA ETAPA: CAMPO.....	24
2.3	TERCEIRA ETAPA: PÓS-CAMPO.....	25
3	CIDADES, ESPAÇOS E ESPAÇOS HABITADOS.....	26
3.1	ESPAÇOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES.....	28
3.2	ESPAÇOS PÚBLICOS E QUALIDADE DE VIDA.....	31
3.3	VEGETAÇÃO NOS CENTROS URBANOS E CONFORTO TÉRMICO	35
3.4	PARQUES URBANOS.....	40
3.4.1	Parques Urbanos na cidade de Salvador – Bahia.....	43
4	PARQUE DAS DUNAS.....	47
4.1	HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO.....	49
4.1.1	Universidade Livre das Dunas (UNIDUNAS).....	51
4.1.2	Estrutura do parque.....	53
5	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	55
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	55
5.2	INFRAESTRUTURA DO BAIRRO.....	61
5.3	SEGURANÇA PÚBLICA.....	67
5.4	TURISMO E LAZER.....	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICES.....	86

1 INTRODUÇÃO

A cidade é um ambiente formado por espaços públicos, abertos a todos, e espaços privados, de acesso limitado. Em grande parte das cidades, os espaços privados ocupam um contingente significativo de suas topografias, no entanto, aquilo que melhor as caracteriza são os seus espaços públicos. Para Matos (2010), a cidade vibra pelo que se passa no exterior, o trânsito, o barulho, as ruas por onde circula a população, as praças, os jardins ou outros espaços que fazem parte da esfera pública, ocupados por diferentes pessoas e que são essenciais à comunicação e socialização.

Observa-se, contudo, que estas nuances historicamente associadas à cidade, modificam as paisagens citadinas, muito em virtude das transformações sociourbanas que a cidade sofre. Tais mudanças trazem novos aspectos de vivência urbana balizados por questões econômicas, pela globalização das práticas culturais e territoriais, pela mobilidade ascendente, que transformam os espaços/tempo do nosso dia a dia.

O ordenamento dos espaços públicos é, nos tempos atuais, um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio das grandes cidades. Essa perspectiva norteia a análise das transformações urbanas que, de todas as formas, interferem nos espaços públicos, que se desenham como símbolo de determinada urbanidade e de recordações e identidades históricas e sociais, aparecendo, ainda nos dias de hoje, como instrumentos territoriais para a construção da cidadania.

Nesse sentido, os espaços públicos urbanos que possuem a função de receber a população, de uma forma geral, desempenham um papel importante na cidade em vários âmbitos: bem estar, lazer, refúgio, interatividade social, dentre outros. Da mesma maneira, os elementos naturais que formam estes espaços tendem a amenizar os impactos consequentes do processo de urbanização e industrialização e podem variar de acordo como são estabelecidos e pensados. Desse modo, muitas vezes, o estabelecimento desses espaços após um longo processo de degradação pode advir mais de uma exigência legal do que, necessariamente, de uma conscientização.

De acordo com Lima (1994), é importante notar que as áreas verdes exercem ressonância positiva para a melhoria da climatização urbana, na purificação e refrigeração do ar, na conservação da fauna propiciando o abrigo à maior diversidade de espécies animais, na manutenção dos espaços geográficos, na fertilidade do solo e no maior conforto em relação aos

ruídos. Assim, parque urbano “é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos” (LIMA, 1994, p. 15).

Em consonância com tais características, o Parque das Dunas (Figura 1) é um projeto ambiental que faz parte da Área de Proteção Ambiental – (APA)¹ Lagoas e Dunas do Abaeté. Esta ocupa uma área aproximada de seis milhões de metros quadrados, localizados em quase toda sua totalidade no bairro Praia do Flamengo, na cidade de Salvador – Bahia.

Figura 1 – Mapa com imagem da área do Parque das Dunas



Fonte: Koehne (2007).

Administrado pela Universidade Livre das Dunas e Restinga de Salvador (UNIDUNAS), que por sua vez é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – (OSCIP)², o parque é também área de interesse público, cuja determinação se deu por meio do Decreto Municipal nº 19.093/08, em 27 de novembro de 2008. Trata-se de um complexo

¹A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas, podendo ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental. As condições para a realização de pesquisas científicas e a visitação pública nas áreas sob domínio público foram estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, enquanto nas propriedades privadas, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais (BRASIL, 2000).

² Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP: este é o novo conceito dado às entidades sem fins lucrativos, a partir da promulgação da Lei 9.790/99. São assim qualificadas as pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da Lei Nº 9.790 de 23/03/99 como: promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação, ou saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado, entre outros (VEREUVIR, 2018).

ambiental que se baseia na sustentabilidade, educação, meio ambiente e ecoturismo, por abrigar um manancial urbano do ecossistema de dunas, lagoas e restingas do país.

O Parque possui o Horto de Restinga com o intuito de recuperar áreas degradadas do litoral soteropolitano. Igualmente, em sua estrutura, os recursos naturais são aproveitados, tais como ventilação, iluminação natural e captação e águas pluviais e uso de madeira de reflorestamento em sua edificação (UNIDUNAS, 2018).

Figura 2 – Vista aérea do parque das Dunas



Fonte: Parque das Dunas (2008).

Além disso, deve-se ressaltar que se trata de um parque relativamente novo em relação aos demais, uma vez que foi estabelecido para uso público somente no ano de 2008. Desta forma, este trabalho tem como tema a percepção dos moradores do entorno do parque das Dunas e as múltiplas funções e desafios que o referido parque possui. Assim sendo, a relevância da pesquisa advém do aspecto de que há demanda por um diagnóstico de contextualização e de análise da inserção do parque nas diversas funções a que se dedica. Do mesmo modo, como na colaboração de propiciar um trabalho científico para dirimir a dificuldade de se encontrar estudos específicos dedicados ao Parque das Dunas, que se configura num espaço de importante biodiversidade no contexto da capital baiana.

Dentre as bibliografias, existem trabalhos sobre outros parques da cidade de Salvador, no entanto, apesar de inúmeras pesquisas, não foram encontrados trabalhos que versassem

sobre este parque especificamente, na área em que a pesquisa está inserida. Outrossim, surgiu a curiosidade e o desejo de colaborar com tal lacuna existente nos estudos sobre o Parque das Dunas, que faz parte da paisagem da cidade e que exerce um importante papel na vida científica e acadêmica de estudantes desde o fundamental até estudos de pós-graduação. Além disso, sua importância se dá também pelas trilhas e natureza tão específica, que proporcionam o aumento da qualidade de vida para os habitantes de toda a cidade.

É com base nesta perspectiva que o tema proposto para a investigação foi a análise dos desafios urbanos e das múltiplas funções que o parque das Dunas exerce no seu entorno e, conseqüentemente, para a cidade soteropolitana. Para tanto, determinou-se como objetivo geral: Analisar a percepção dos moradores do entorno quanto às múltiplas funções que o Parque das Dunas exerce para a cidade de Salvador – Bahia.

E como objetivos específicos desta pesquisa: (a) Descrever a cronologia história de demarcação e criação do parque; (b) Identificar as principais contribuições do parque para a cidade de Salvador e, (c) Identificar a percepção dos moradores do entorno do parque quanto à importância da existência dessa área e de sua funcionalidade. Contudo, a análise não se propõe discutir e nem se aprofundar nas teorias e revisões de literatura sobre o tema socioambiental, no entanto se guiará numa abordagem empírica baseada na observação dos moradores do entorno do Parque das Dunas.

Logo, a análise dos dados é composta pelas observações coletadas por meio da amostra selecionada, informações oficiais e de cunho legal, estudiosos, funcionários do parque e arquivos próprios, visando conhecer o contexto que envolve o parque, bem como seus aspectos físicos e sociais. Diante do proposto, buscou-se responder ao seguinte problema da pesquisa: em que medida os moradores do entorno do Parque das Dunas conseguem perceber a existência e importância desta área como um equipamento que desenvolve múltiplas funções para estes e para a cidade de Salvador – Bahia?

Para melhor aproveitamento do objeto de estudo, outras questões norteadoras foram utilizadas na condução teórica. São elas: a) Quais características do Parque influenciam na forma como os soteropolitanos o percebem?; b) Por haver outros parques inseridos na cidade, existe uma certa concorrência para sua visitação, ou melhor, cabe, neste caso, a ideia de concorrência?; c) Quais as características que fazem o parque ser um espaço singular dentro dos demais espaços urbanos?; d) De que forma os administradores do parque exploram os seus potenciais?; e) Até que ponto o parque colabora para ser visto como um espaço multifacetado?

No intuito de atender à proposta da pesquisa, foi indispensável o uso das geotecnologias, pois além de permitir representar espacialmente todo o espaço geográfico do

parque, foi possível vislumbrar uma nova forma de observar e adentrar no espaço. Para realizar o diagnóstico pretendido, é fundamental a utilização desses mecanismos de análise espacial. Com este estudo, deseja-se vislumbrar métodos pouco comuns às pesquisas de percepções em relação às funções de um equipamento específico, como é o Parque das Dunas, porém, de suma importância na coleta e na análise de dados em pesquisas das ciências humanas. Esta abordagem metodológica possibilitou tanto a definição física quanto a análise quantitativa dos componentes espaciais, sinalizando a densidade das áreas e a identificação das escalas de valores para as análises qualitativas.

Essa dissertação é elaborada no bojo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), da Universidade Salvador (UNIFACS), no âmbito do Mestrado Acadêmico. Sua área de Concentração é em “Processos Urbanos e Regionais do Desenvolvimento” e a sua linha de pesquisa é “Desenvolvimento, Políticas Urbanas e Redes de Cidades”. Isto porque insere no funcionamento das políticas urbanas na região em seu conjunto e inferindo nas ligações entre esta atividade e a valorização da qualidade de vida do ser humano dentro do espaço urbano, bem como sobre os impactos socioambientais na região que está inserida e as possibilidades e desenvolvimento local. Nesse sentido:

Trata do estudo da história e teoria das cidades, do planejamento urbano e de seus serviços básicos, assim como do funcionamento e gestão dos serviços de fornecimento de água, de energia, de transporte, de saúde, de assistência social, da coleta de resíduos sólidos ou líquidos e o de segurança social. Visa o estudo de Cidades e Rede de Cidades, dos processos de transformação e crescimento urbano, suas causas e consequências. Envolve o estudo da violência urbana das diferentes formas de prevenção ou redução. Abarca também o estudo das tecnologias sociais para a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais, além da problemática ambiental urbana e a preservação do meio ambiente. (UNIFACS, 2018, p. 4).

Após as delimitações metodológicas, também pautadas nas diretrizes relativas ao PPDRU, construíram-se os aspectos conceituais e empíricos do trabalho, que desencadearam em 06 (seis) capítulos. Dessa forma, o capítulo 1 (um) é a Introdução, na qual se demonstra toda a construção da pesquisa. São apresentadas a relevância da pesquisa, informações gerais acerca do objeto, o Parque das Dunas, e a importância científica desse estudo, por meio da justificativa, do problema da pesquisa, das questões norteadoras, objetivos e uma introdução referencial teórica.

O capítulo 2 (dois) traz a metodologia do trabalho para delimitar os caminhos da pesquisa, métodos de abordagem, de procedimento, técnicas de pesquisa, coleta de dados e variáveis escolhidos. Ainda nesse capítulo, discorre-se sobre a forma específica que se buscou

pesquisar o tema, devido à utilização de ferramentas peculiares nas pesquisas ligadas à temática de percepção socioambiental. Nesse capítulo, apresentam-se também as etapas da pesquisa de campo, com a discriminação das ferramentas utilizadas para tal, como a geotecnologia, os dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o software Epi Info e outros.

O capítulo 3 (três) aborda as teorias relacionadas ao tema e conceitos utilizados. Por se tratar de uma pesquisa empírica, a fundamentação teórica buscou, tão somente, elucidar sobre os conceitos estruturantes para temática do trabalho, a saber: Cidades, Espaços e Espaços Habitados, Espaços Urbanos e Espaços Livres, Espaços Públicos e Qualidade de Vida, Vegetação nos Centros Urbanos e Conforto Térmico, Parques Urbanos e Parques Urbanos na cidade de Salvador – Bahia. No capítulo 4 (quatro), buscou-se caracterizar o objeto de pesquisa (Parque das Dunas), mas também o seu entorno, se debruçando sobre sua cronologia, demarcação histórica, sua criação, características e sua constituição como equipamento. Portanto, neste capítulo, compreende-se melhor a história do Parque das Dunas e suas nuances específicas.

Já o capítulo 5 (cinco) apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada no Parque das Dunas no ano de 2018. Discorre-se sobre as informações de forma a contemplar os diferentes atores locais e suas relações com o parque. Nessa perspectiva, foram diretrizes as seguintes percepções por parte dos moradores: existência do parque; importância do parque; utilização do parque; visitação do parque; funções socioambientais especificidades do parque. Por fim, o capítulo 6 (seis) traz as conclusões, seção em que se reflete sobre a eficácia e eficiência da pesquisa, de modo a analisar se os objetivos foram cumpridos, se as questões foram respondidas, destacando os aspectos mais relevantes do trabalho, apresentando sugestões e recomendações.

2 METODOLOGIA

Para se realizar uma pesquisa, faz-se necessário utilizar um sistema de procedimentos, os quais devem ser organizados de forma que seja possível uma descrição e explicação do estudo desejado. Desta sistematização, fazem parte orientações gerais que facilitam planejar o percurso do estudo desenvolvido. Esses métodos, segundo Fachin (2005), podem ser de diversos gêneros, como os de abordagem, de procedimentos e outros interligados às técnicas de pesquisas adequadas ao seu emprego.

O método de abordagem está referido no plano geral do trabalho e seus alicerces lógicos. Este método possui caráter mais geral e é responsável pelo raciocínio utilizado no desenvolvimento da pesquisa, norteando o desenvolvimento das etapas necessárias para o acontecimento da pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 1991). Dentre os métodos de abordagem, o indutivo, quando se parte do particular para a generalização, é o que se aplica melhor a este estudo. Conforme se observa:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (LAKATOS; MARCONI; 2011, p. 86).

Também foi utilizado o método de estudo de caso, que é um método qualitativo que consiste, em geral, numa forma de aprofundar um objeto de maneira individual. E se presta a responder questões nas quais o pesquisador não possui muito controle sobre o fenômeno a ser estudado. De acordo com Lüdke e André (1986), colabora, em geral, para entendermos melhor os fenômenos individuais, os artifícios organizacionais e políticos da sociedade. É um instrumento utilizado para elucidar formas e razões que levaram a determinada decisão.

Do mesmo modo, é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange abordagens específicas de coletas e análise de dados. Este método é benéfico quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser analisado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Segundo Yin (2001), trata-se de um estudo empírico que busca determinar ou testar novas proposições, e tem como uma das fontes de informações mais relevantes, as entrevistas e questionários. Através destes instrumentos, o entrevistado expressa seu julgamento sobre determinado assunto, utilizando suas próprias percepções.

Desta forma, a pesquisa parte do estudo do Parque das Dunas, e tem como objetivo geral analisar a percepção dos moradores do entorno quanto às múltiplas funções que esse parque exerce para a cidade de Salvador – Bahia. Desta forma, sai de um caso particular para aspectos mais abrangentes, que podem consistir em possibilidades para o desenvolvimento local. Foi empregado, também, o método histórico, cuja premissa básica é a capacidade de explicar estruturas e acontecimentos, especialmente os de foro político e econômico. O fenômeno histórico proporciona um contexto para a análise dos estudos das diversas estruturas e laços que os amarram, sejam elas, a sociedade, as organizações, de acordo com Goldman (1994), seja, neste caso particular, o equipamento Parque das Dunas.

Dessa forma, justifica-se o uso de tal método na medida em que o trabalho busca fazer uma breve análise do histórico do Parque, desde os primeiros tempos de sua existência até os dias atuais, perpassando por todas as suas fases de existência. Para tanto, é realizada uma abordagem de fatos relevantes ocorridos neste período e apresentação de como se deu o desenvolvimento de sua conformação atual. No intuito de alicerçar o método histórico, foi utilizado o método descritivo, no qual realiza-se, de acordo com Barros e Lehfeld (2007), o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador, que deverá apenas descobrir a frequência com que o fenômeno acontece ou como se estrutura e funciona um sistema, método, processo ou realidade operacional. Com a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

O método aponta o registro, a identificação e a análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Por isto mesmo, esta tipologia se aplica com sucesso no estudo de caso, onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos encontrados da coleta de dados, que pode ser via documental, pesquisa de campo, levantamento de dados, dentre outros, segundo Perovano (2014). Se encaixando perfeitamente em todo processo a ser seguido e aplicado no presente estudo. Por sua vez, a técnica de pesquisa usada respeita os preceitos de Marconi e Lakatos (2006), visto que, na visão dos autores, a técnica se alinha ao conjunto de processos com a finalidade de encontrar os propósitos ansiados pela pesquisa. Deste modo, utilizou-se como técnicas de pesquisa a documentação indireta, por meio da pesquisa documental; a pesquisa da bibliografia; e a pesquisa de campo, já que foram efetivadas entrevistas e aplicação de questionários.

A pesquisa documental, também chamada de primária, foi realizada nos arquivos próprios do Parque das Dunas, no site do mesmo e em documentos oficiais, dentre outros. Já

na pesquisa da bibliografia ou de fontes secundárias, foram coletadas publicações de livros, jornais, revistas, periódicos, dissertações, teses e outros materiais que discorram sobre o tema estudado. Esta pesquisa foi desenvolvida em bibliotecas que dispõem de acervo ligado ao tema, como as bibliotecas de instituições de ensino superior, Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). A pesquisa bibliográfica consultará acervo do arquivo próprio do Parque das Dunas, assim como o seu sítio eletrônico, na procura de informações sobre o mesmo.

Para tratar os dados obtidos, técnicas de fichamento e resumo são de suma importância, além do uso de ferramentas como tabelas, quadros e gráficos estatísticos em programas de Word e Excel para a representação de informações e posterior análise qualitativa. A pesquisa de campo, fundamentada por todo conhecimento encontrado nos estudos bibliográficos, foi composta por aplicação de questionário (Apêndice A) com a população que reside nos arredores do Parque. Sistemáticamente, a pesquisa de campo se dividiu em três etapas: 1ª) pré-campo; 2ª) campo e 3ª) pós-campo, objetivando capturar a percepção dos atores envolvidos no que diz respeito à observação de convivência com o objeto estudado. A seguir, descreve-se de modo mais detalhado a sistemática de cada etapa.

2.1 PRIMEIRA ETAPA: PRÉ-CAMPO

A pesquisa foi conduzida com a coleta de dados primários por meio da aplicação de um questionário padronizado (Apêndice A), com a finalidade de capturar as características da população estudada e a percepção dos moradores vizinhos do Parque no que concerne à percepção deles acerca da existência da área ambiental. A coleta de tais dados, bem como a posterior análise, se deu com base nos objetivos da pesquisa e em conhecimento prévio adquirido após a aplicação de um pré-teste, composto por 15 (quinze) questionários aplicados, visando aprimorar o instrumento de coleta. O questionário final (Apêndice A) é composto de 36 questões, que foram agrupadas em 4 (quatro) categorias que versam sobre: 1) caracterização da população; 2) infraestrutura do bairro; 3) segurança pública e 4) turismo e lazer.

As variáveis do questionário foram agrupadas em 02 (dois) blocos temáticos: I - Caracterização da população entrevistada; II – Percepção da existência do Parque das Dunas.

Após a validação do questionário, foi criado um banco de dados no software Epi Info³ Versão 5.4.6 para digitação dos mesmos, após a aplicação dos questionários. Consideramos que o uso desse *software* de análise de dados permitiu o aprofundamento da investigação, auxiliando na identificação de questões relevantes para estudo do impacto da atividade.

A amostragem do grupo pesquisado foi delimitada com base nas informações do censo demográfico 2010 do IBGE, que quantificou a população residente no bairro de Praia do Flamengo em 17.785 habitantes. Porém, para este estudo, foi utilizado como critério de inclusão apenas a população de moradores vizinhos ao Parque das Dunas, que equivale a 5.264 habitantes (30% do total).

O cálculo que foi utilizado para a definição da amostra é o seguinte:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

N - população (5.264);

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança (5%);

p - verdadeira probabilidade do evento (mínimo de 5%);

e - erro amostral (5%);

n - amostra calculada (320).

2.2 SEGUNDA ETAPA: CAMPO

A coleta de dados foi realizada no período de 18 e 19 de agosto de 2018. Para auxílio na aplicação dos questionários, foi estabelecida uma parceria entre a pesquisadora e o IFBA, por meio da Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia – IFBA, *Campus* Salvador. Foram selecionados estudantes com o auxílio dos professores que atuam nesta Coordenação.

Após análise do perfil dos interessados, 6 (seis) discentes do curso de Licenciatura em Geografia – IFBA foram escolhidos para integrarem a equipe de pesquisadores (Apêndice B). Eles passaram por um treinamento a fim de conhecerem com mais detalhes a proposição da pesquisa e o questionário utilizado como instrumento de coleta. Após este processo, se deu o início da coleta de dados conforme os critérios estabelecidos na Etapa pré-campo.

Todo o processo de coleta de dados, com a aplicação dos 320 questionários preestabelecidos, foi desenvolvido ao longo dos dois dias. No início de cada dia foi realizada

³Epiinfo é um software de domínio público criado pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention - EUA), que visa a atender uma necessidade emergente em todo o planeta: o gerenciamento e a análise de bancos de informações individualizados e em constante renovação.

uma reunião com toda a equipe, onde cada integrante recebeu um kit com todo material necessário para aplicação, quantidade de questionários a serem aplicados em cada delimitação sob sua responsabilidade e perfil desejado dos entrevistados (gênero e faixa etária). Ao final do dia, o resultado do trabalho foi recolhido para conferência e eventuais ajustes, bem como, acompanhamento das impressões dos pesquisadores sobre a ação daquele dia.

2.3 TERCEIRA ETAPA: PÓS-CAMPO

Após a realização da coleta e montagem da base espacial de referência, foi realizada a etapa de digitação das informações obtidas no banco de dados criado. Depois, foram gerados os resultados em gráficos, constantes no corpo do Capítulo V, e analisados também à luz das teorias que auxiliam este estudo.

As variáveis categóricas foram analisadas por meio da medida estatística de frequência e as variáveis contínuas pela sua distribuição por medidas de tendência central e dispersão (média e quartis).

3 CIDADES, ESPAÇOS E ESPAÇOS HABITADOS

Para compreendermos uma cidade, não é permitido somente observar seu aspecto e suas paisagens⁴, “[...] tudo o que vemos é paisagem e é formada por cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 2014, p. 21), que podem expor suas belezas, sua grandeza ou deficiência perante outras cidades. O planejamento urbano e ambiental de muitas cidades do mundo demonstra a necessidade de as cidades criarem espaços de circulação prioritários para as pessoas, sobretudo sem a dependência dos meios de transporte, e estes meios de circulação e necessidade de serem direcionados para o lazer, para o entretenimento, para as tarefas mais simples da vida cotidiana. De acordo com Gehl (2015), as cidades precisam ser pensadas para as pessoas e não para os elementos que envolvem a circulação das pessoas.

De acordo com Spósito (2010), as cidades são díspares, pois cada uma tem sua história, sua identidade, sua cultura, seus costumes, sua geografia, sua qualidade de vida, sua conformação, seus equipamentos, sua dinâmica e seus habitantes têm sua própria forma de viver e de habitar cada cidade especificamente. No entanto, todas possuem uma característica em comum, são ocupadas por edificações, possuem espaços vazios, vias de circulação e suas atividades tipicamente urbanas, que são as atividades industriais, do comércio e de serviços.

Para o autor, essas cidades são localizadas nos sítios urbanos⁵, que é o que comporta as ruas, as praças, os espaços públicos naturais ou artificiais e as construções e áreas de planícies, áreas do litoral ou áreas formadas por montanhas, com encostas mais ou menos acentuadas. Segundo o estudioso, as cidades sofrem com os problemas da poluição ambiental em todos os aspectos: atmosférico, capacidade de infiltração das águas no solo (devido asfaltamento de ruas e construções), escoamento de dejetos residenciais e industriais nos córregos afetando a estes e à vegetação mais próxima.

Dentro destes aspectos, temos que pensar a cidade como um espaço habitado, visto que “[...] as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaços, lugar, área, região, território, *habitat*, paisagem e população, que definem o objeto da geografia em seu relacionamento” (SANTOS, 2014, p. 77). Como pode ser visualizado na Figura 3, observamos, na vista área de Salvador, a cidade formada por espaços que convivem e

⁴Paisagem – aparência, visual ou percebida que lembra uma determinada área ou região (SPÓSITO, 2010).

⁵Sítio urbano – área da superfície terrestre na qual se assenta a malha urbana (arruamento de uma cidade). A topografia (variações de altitudes no relevo, que se refere a ondulações ou formas na paisagem que caracterizam a superfície terrestre) pode influir na expansão do sítio urbano. É diferente de mancha urbana, expressão que se refere a toda área de uma ou mais cidades, definida pelo arruamento (que pode ser chamado de mancha urbana) da (s) mesma (s). Sua origem remonta às impressões da área urbana no território, de uma perspectiva cartográfica (SPÓSITO, 2010).

conformam as paisagens citadinas, tais como os edifícios, avenidas e shoppings, que costumam caracterizar as grandes cidades.

Figura 3 – Vista aérea de Salvador/BA



Fonte: A TARDE (2018).

Para Santos (2014), espaço é um conjunto de objetos e das relações que se efetivam sobre estes objetos, sendo que estes ajudam a consolidar uma série de relações. Isso resulta na ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais ou artificiais. Nesse sentido, o espaço é formado por dois componentes que interagem intrinsecamente, de acordo com Santos (2014): a configuração territorial e a dinâmica social. O primeiro é um conjunto de informações naturais, com determinada modificação feita pela ação do homem; e o segundo é o conjunto de relações que definem uma sociedade num dado momento.

Uma das abordagens que podemos apreciar a questão do espaço habitado é a que vê o ser humano como um ser social, e sua forma de se expandir e se distribuir no espaço, que acarretará sucessivas mudanças demográficas e sociais nos diversos lugares que ocupa, se configurando num fenômeno dinâmico influenciando na transformação qualitativa do espaço habitado (SANTOS, 2014). E a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos naturais e artificiais. Nessa perspectiva, o fenômeno da urbanização é preocupante, conforme se observa:

Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai se tornando mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva, crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. (SANTOS, 2014, p. 46).

Neste sentido, desde a década de 1970 as cidades brasileiras têm sofrido as mais intensas transformações. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos do espaço urbano, relacionados às suas dimensões socioambientais, tornou-se uma preocupação cada vez mais presente para o planejamento e a gestão urbana. Os temas relacionados à qualidade ambiental das áreas urbanas vêm sendo debatidos por diversos pesquisadores nos níveis técnicos e científicos. Dentre os temas de relevância, “[...] a vegetação intraurbana ganhou destaque nos últimos anos devido às funções que esta pode exercer na melhoria das condições do ambiente urbano.” (BARGOS; MATIAS, 2011, p. 26).

Analisando estes aspectos, intenciona-se refletir sobre a relação dos espaços habitados dentro das cidades, em especial a cidade de Salvador, no que tange aos espaços públicos, especificamente aos parques urbanos e suas diversas funções para a população que reside e que visita estes. Observa-se que a população urbana necessita para o completo bem estar, não só de equipamentos públicos estruturais, como também de espaços verdes e de lazer, que promovam um ambiente ecologicamente equilibrado. Indiscutivelmente, estes espaços são promotores de uma sustentabilidade essencial para a promoção da qualidade de vida no cotidiano das cidades.

3.1 ESPAÇOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES

A sociedade, nos tempos contemporâneos, revela um conjunto de questões que apontam para uma nova forma das realizações das relações sociais, que se configura como uma sociedade predominantemente urbana. Nessa perspectiva, observa-se, em consonância a Carlos (2015, p. 29), que:

[...] no plano da acumulação, o momento atual do processo histórico, a reprodução espacial, com a generalização da urbanização, produz, uma nova contradição: aquela que se refere à diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana e sua presente impossibilidade diante da escassez. Isto é, o espaço, enquanto valor, entrou no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, que ao se realizar produziu seu outro se constituindo em raridade. Nessa condição, a propriedade privada do

solo urbano passa a ser um limite à expansão econômica capitalista. O processo que transforma o espaço em ‘nova raridade’ é, assim, engendrado pelo movimento que explicita a produção do espaço como condição sempre renovada da realização do ciclo econômico.

Para a autora, a percepção de que o tempo se acelera; as transformações nos referenciais urbanos; e o esfacelamento da identidade com o lugar onde moram e com os outros habitantes compõem um conjunto de alterações decorrentes das mudanças nas possibilidades do uso do lugar e nos modos de vida nesse lugar. Nesse plano, desponta a contradição entre o tempo da vida – que se expressa na vida cotidiana, num tempo e espaço que mede e determina as relações sociais, e o tempo das transformações urbanas, que se produzem no mundo moderno, particularmente na metrópole, estabelecidas em formas sempre fluidas e que se transformam.

Esse tempo reproduz-se na incongruência entre a eliminação substancial e manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, nas festas e na apropriação do público para a vida. O tempo diz respeito a um espaço – mais especificamente, ao uso do espaço. Transformados, espaço e tempo metropolitano adquirem, pelo processo de abstração, a característica de um tempo efêmero – essa nova relação espaço-tempo redefine as relações sociais, nas grandes cidades, caracterizando o momento contemporâneo.

Ao mesmo tempo, Carlos (2015) entende que na produção do espaço há um conflito de estratégias e, portanto, uma relação de poder, que, intrinsecamente, contém a resistência, seja ela visível ou não. Por isso, a autora constrói a hipótese segundo a qual a resistência é constituinte das relações sociais alojadas em meio a uma prática socioespacial ligada às transgressões cotidianas, de grupos ou de organizações.

Essa resistência, no entanto, não é pura, pois, se por um lado ela coloca as contradições espaciais em outro patamar, por outro, pode ratificar fundamentos da produção capitalista do espaço. Por sua vez, Alves (2015) apud Carlos (2015), ao focar as transformações dos centros urbanos sob a premissa do capital, aponta que as resistências como ação têm um aspecto a ser delineado, visto que, frente às políticas empreendidas pelo Estado em parceria com a iniciativa privada, elas atuam diretamente no processo de transformação em diferentes espaços das cidades que precisam procurar construir conformidades sociais sobre a necessidade de tais ações.

É difícil determinar critérios precisos para a distribuição dos diferentes tipos de espaços urbanos com o objetivo de identificar a qualidade de vida da população, para tal

intento, Llardent (1982 apud CAVALHEIRO; NUCCI, 1998) salienta que o sistema de espaços livres pode ser definido como sendo:

Conjunto de espaços urbanos ao ar livre, destinados sob todo tipo de conceitos ao pedestre, para o descanso, o passeio, a prática dos esportes em geral, bem como o lazer e o entretenimento das horas de ócio [...] destinado ao pedestre, entendendo a este, volto a insistir, como contraposição às pessoas que se movem pela cidade em um meio motorizado. (LLARDENT, 1982 apud CAVALHEIRO; NUCCI, 1998, p. 280 – tradução nossa)⁶.

E, se, o elemento fundamental de composição do espaço livre for a vegetação, este pode ser considerado área verde. Portanto, toda área verde é um espaço livre, mas nem todo espaço livre pode ser considerado área verde. Neste trabalho, as áreas verdes aparecem representadas pelos parques urbanos.

Ressaltando este aspecto, Cavalheiro e Nucci (1998) dizem que o sistema de espaços livres na escala de cidade conta com os seguintes aparelhos: parque de jogos, parque de atrações, zoológico, jardim botânico, parques de esportes, áreas para usos especiais e parques urbanos. E para o exercício das funções recreativas, um dos maiores requisitos para estes espaços livres seria sua localização em relação aos usuários. Na cidade de Salvador, isto pode ser vivenciado, por exemplo, no Parque São Bartolomeu, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Parque São Bartolomeu – Salvador/BA



Fonte: Google (2018).

⁶ Texto-fonte: “Conjunto de espacios urbanos al aire libre, destinados bajo todo tipo de conceptos al peatón, para el descanso, el paseo, la práctica del deporte en general, e/ recreo y entretenimiento de sus horas de ocio [...] destinado al peatón, entendiendo a éste, vuelven os a insistir, como contraposición de las personas que se mueven por la ciudad en un medio motorizado.” (LLARDENT, 1982 apud CAVALHEIRO; NUCCI, 1998, p. 280).

No entanto, Cavalheiro e Nucci (1998) acreditam que a maioria das grandes cidades brasileiras encontra-se muito inferior ao mínimo sugerido, no que tange aos espaços livres existentes, indicando uma baixa qualidade de vida. Faz-se, portanto, necessária uma constante discussão desses conceitos, juntamente com comparações entre índices de espaços livres das diferentes cidades. Se o objetivo do planejamento urbano é a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a relação entre espaços livres e espaços construídos deve também ser considerada.

3.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E QUALIDADE DE VIDA

A organização dos espaços públicos, ainda mais os de lazer, é nos dias atuais um dos aspectos fundamentais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano, visto que, face à conjuntura socioespacial e climática vivenciada, urge a necessidade de o homem buscar rever suas relações com a natureza, com a vivência em sociedade e, especialmente, com as formas de preservação do meio ambiente. Nessa perspectiva, entende-se que, “[...] apesar do termo espaço público ser recente, ele designa espaços e intervenções que não são inteiramente novos, já que têm uma certa história ao nível do planejamento urbanístico.” (MATOS, 2010, p.19).

A problemática dos espaços públicos, para Matos (2010), também resulta de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estatutos dos diversos espaços metropolitanos. A distinção entre público/privado, exterior/interior, coletivo/individual, é reajustada pela reorganização social e funcional dos bairros, pelo aparecimento de novas centralidades, pelas novas sociabilidades, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, de novas formas de comunicação, pela concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, pela utilização quase generalizada de carros.

De qualquer forma, um espaço público tem o caráter de ser mais aberto e exerce a função de se diferir do espaço privado no que tange à facilidade de acesso. Ele é de todos e de ninguém em particular, *a priori*, todos o podem usar com os mesmos direitos. Já em outra dimensão, podemos ressaltar a visibilidade que determinados espaços ganham, inclusive enquanto representação identitária da cidade e de seus habitantes e/ou cultura – ao menos, para uma parte significativa da população, como pode ser exemplificado pelo Dique do Tororó, na 5. Para Ascher (1998), no tocante ao aumento da visibilidade, essa pode aumentar o caráter público do espaço, o que lhes confere um certo parentesco com os espaços do espetáculo.

Figura 5 – Dique do Tororó – Salvador/BA



Fonte: Google (2018).

O espaço público tem uma função que pode pressupor uso, e a essência deste tipo de espaço está na forma como ele é utilizado pelos atores sociais, ou seja, das práticas que possa abrigar, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas. Este uso já não se faz só em função das dimensões objetivas dos indivíduos, isto é, idade, gênero, classe social, estilo de vida, dentre outros, porém cada vez mais incorpora outros aspectos mais subjetivos, como as motivações, as aspirações e os valores dos indivíduos. A dimensão simbólica ganha mais força, os espaços passam a ser utilizados também pela sua imagem, qualidade e conforto.

As novas e crescentes necessidades da população urbana, associadas às modificações de ordem demográfica e a novas exigências geracionais, refletem na utilização e em inovadoras procuras dos espaços públicos. Na perspectiva de Matos (2010), os espaços públicos correspondem, essencialmente, a duas tipologias espaciais genéricas: os locais de permanência e os circuitos, entretanto, aqui será pormenorizado o conceito de permanência por ser importante para entendimento deste trabalho.

Os espaços de permanência definem-se como cenários de atividade e comportamento, isto é, como locais que estimulam ações e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos, como, por exemplo, o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, como pode ser visualizado na Figura 6. Estes deverão ser dimensionados e equipados para apoiar e promover as atividades a que se destinam, devendo ser, cada vez mais, multifuncionais e concebidos de forma a poderem ser readaptados a novos usos imprevistos, mais polivalentes em benefício do uso comum.

Figura 6 – Atividades no Parque da Cidade – Salvador/BA



Fonte: Google (2018).

Nota-se, ainda, segundo Matos (2010), que dentro desta categoria, os espaços verdes têm, para além das funções tradicionais de lazer, passeio e convivência social, a funcionalidade relativa à preservação ambiental do espaço urbano, acompanhando, de resto, o aumento da conscientização para os problemas ambientais urbanos. Aliás, esta ideia já estava presente nas intervenções urbanas de finais do séc. XVIII e início do séc. XIX, com preocupações mais higienistas, que procuravam fazer face à deterioração da qualidade de vida da cidade industrial.

Os espaços públicos urbanos, numa visão de interesse sociocoletivo, constituem elementos de desenho urbano decisivos para a produção da cidade, na medida em que é nestes espaços que se manifesta a vivacidade urbana e onde se processa grande parte da socialização dos seus frequentadores. Visando a esse interesse, destaca-se, de acordo com Gehl (2015), que

existem critérios de qualidade que respeitam à paisagem e que deveriam ser atendidos no planejamento urbano e ambiental das cidades.

Figura 7 – Critérios de qualidade

Proteção	PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSÇÃO DE SEGURANÇA <ul style="list-style-type: none"> - Proteção aos pedestres - Eliminar o medo do tráfego 	PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSÇÃO DE SEGURANÇA <ul style="list-style-type: none"> - Ambiente público cheio de vida - Olhos da rua - Sobreposição de funções de dia e à noite - Boa iluminação 	PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS <ul style="list-style-type: none"> - Vento - Chuva/ neve - Frio/ calor - Poluição - Poeira, barulho, ofuscamento
Conforto	OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR <ul style="list-style-type: none"> - Espaço para caminhar - Ausência de obstáculos - Boas superfícies - Acessibilidade para todos - Fachadas interessantes 	OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ <ul style="list-style-type: none"> - Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ ficar - Apoios para pessoas em pé 	OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE <ul style="list-style-type: none"> - Zonas para sentar-se - Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas - Bons lugares para sentar-se - Bancos para descanso
	OPORTUNIDADES PARA VER <ul style="list-style-type: none"> - Distâncias razoáveis para observação - Linhas de visão desobstruídas - Vistas interessantes - Iluminação (quando escuro) 	OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR <ul style="list-style-type: none"> - Baixos níveis de ruído - Mobiliário urbano com disposição para paisagens/ para conversas 	OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA <ul style="list-style-type: none"> - Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos - Durante o dia e à noite - No verão e no inverno
Prazer	ESCALA <ul style="list-style-type: none"> - Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana 	OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA <ul style="list-style-type: none"> - Sol/sombra - Calor/frescor - Brisa 	EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS <ul style="list-style-type: none"> - Bom projeto e detalhamento - Bons materiais - Ótimas vistas - Árvores, plantas, água

Fonte: Gehl (2015, p.239).

Desse modo, os critérios de qualidade defendidos por Gehl (2015), quando atendidos, favoreceriam os espaços públicos, tendo em vista que se constituem como elementos estruturantes da vida urbana. Isso porque desempenham uma função produtiva de interesse coletivo pelo tipo de serviços que prestam; e estimulam o desenvolvimento urbano, na medida em que, ao contribuírem para a valorização da qualidade de vida e vivência urbana, reforçam a atração e a fixação de recursos humanos qualificados, para além de terem uma função de estruturação e de coesão do espaço urbano.

Para Matos (2010), parece claro que vivemos hoje numa sociedade em profunda transformação. A distinção entre público e privado é complexa, o espaço público adquire outras dimensões e valorizações, sendo apropriado de forma diversificada, pois as práticas

sociais também se diversificam, multiplicam-se as escolhas, os papéis e identidades, em que ganham força outras dimensões mais subjetivas. Os espaços públicos de vizinhança perdem força a favor de outros espaços em que a imagem e o simbolismo são mais valorizados.

Neste contexto, estão inseridas as atividades de lazer, a qualidade de vida e a qualidade ambiental e isso precisa estar associado ao desejo das pessoas e à sua livre circulação sobre estes espaços. Ou seja, que as pessoas possuam um parque que promova o seu bem estar pessoal, a sua qualidade de vida, inserido no contexto da cidade, sem necessariamente depender de meios técnicos ou de mobilidade para fazerem uso deste espaço público.

3.3 VEGETAÇÃO NOS CENTROS URBANOS E CONFORTO TÉRMICO

É importante perceber que alguns dos principais conceitos e questões essenciais que envolvem o estudo das áreas verdes urbanas atualmente, na prática, estão dentro dos parques urbanos. Neste sentido, o crescimento desordenado das cidades e as decorrências provocadas pela falta de planejamento urbano fizeram os planejadores e a população se atentarem no aspecto de perceber a vegetação como componente fundamental ao espaço urbano. Passando a ser vista nas cidades como importante componente natural atuando como componente de equilíbrio do espaço urbano, pois as áreas verdes apresentam uma aproximação maior das condições ambientais normais em relação ao meio urbano que apresenta, entre outros, temperaturas mais elevadas, particularmente, nas áreas de “elevados índices de construção e desprovidas de cobertura vegetal.” (CARVALHO, 1982, p. 63).

O crescimento desordenado das cidades brasileiras, na visão de Carvalho (1982), assim como as consequências geradas pela falta de planejamento urbano, despertaram a atenção de planejadores e da população no sentido de se perceber a vegetação como componente necessário ao espaço urbano. Dessa forma, mais expressivamente, a arborização passou a ser vista nas cidades como importante elemento natural atuando como forma de reestruturar o espaço urbano.

Para Gomes e Soares (2003), cabe salientar que, até o século XIX, a vegetação nas cidades brasileiras não era considerada tão relevante, visto que a cidade aparecia como uma expressão oposta ao rural. Havia, portanto, uma valorização do espaço urbano construído, afastado completamente da imagem rural que compreendia os elementos da natureza. Nesse contexto, é importante ressaltar que os espaços urbanos não eram tão ocupados nem apresentavam a maioria dos problemas que se fazem presente no seu interior. Desta forma, as áreas destinadas ao verde, como as praças, surgem ainda no século XVIII e alcançam números

mais expressivos no decorrer do século XIX. No Brasil, por volta de 1850, existiam cidades que se destacavam pela quantidade expressiva do verde no seu interior, como é o caso de Teresina – PI, com densa arborização e, Aracaju – SE, coberta por uma vegetação com predominância de coqueiros. Todavia, essa vegetação ainda era nativa e não havia sido planejada.

Embora os primeiros jardins públicos voltados para o lazer e integrados como elemento da paisagem urbana brasileira surjam ainda em fins do século XVIII, com a chegada da família real ao Brasil, vicejaram em números muito mais expressivos os jardins privados, especialmente nos grandes centros do país, tal como ocorre no Rio de Janeiro. Nesse contexto, aliou-se espécies nativas e exóticas na jardinagem de ruas e casas; servindo tanto para enriquecer a paisagem urbana quanto para o conhecimento e valorização da flora brasileira.

Ainda a partir de Gomes e Soares (2003), observa-se que, no início do século XX, surgiram em números muito mais significativos os jardins, praças e parques arborizados, principalmente nas cidades enriquecidas com o café, especialmente no estado de São Paulo. Assim como nas antigas cidades europeias, os primeiros jardins públicos brasileiros instalaram-se nas bordas das cidades e em terras em condições topográficas que desfavoreciam o arruamento ou as construções. Da mesma forma, surgem as áreas verdes urbanas no Brasil, ainda pouco planejadas. Exemplos desses tipos de jardins apareceram em cidades como Rio de Janeiro, Belém, Olinda, Ouro Preto e São Paulo.

De acordo com Marx (1980 apud GOMES; SOARES, 2003), no século XIX e no início do século XX, com o país independente e enriquecido com a cultura cafeeira, apareceram jardins, parques e praças ajardinadas em maior número e muito bem conservados. Essa nova concepção de paisagem urbana representou o trato ou o desejo de algo até então desconhecido nas cidades brasileiras: a prática do paisagismo e, conseqüentemente, a introdução da arborização nos espaços públicos. Entretanto, conforme se observa:

[...] esta situação apresentada modifica e ganha outra dimensão, pois Rodrigues; Llardent (1982) apud Scifoni (1994, p. 40) resumem a importância da vegetação nas cidades contemporâneas, principalmente nos grandes centros, em função da composição atmosférica, equilíbrio solo-clima e poluição sonora. Dessa forma, a vegetação age purificando o ar por fixação de poeiras e materiais residuais e pela reciclagem de gases através da fotossíntese; regula a umidade e, temperatura do ar; mantém a permeabilidade, fertilidade e umidade do solo e protege-o contra a erosão, e; reduz os níveis de ruído servindo como amortecedor do barulho das cidades. Ao mesmo tempo, do ponto de vista psicológico e social, influenciam sobre o estado de ânimo dos indivíduos massificados com o transtorno das grandes cidades, além de propiciarem ambiente agradável para a prática de esportes, exercícios físicos e recreação em geral. (GOMES; SOARES, 2003, p. 21).

A necessidade de uma distribuição mais igualitária de áreas verdes na cidade é destacada por vários autores, pois a localização destas, na maioria das vezes, está associada à especulação imobiliária. Assim, os espaços destinados ao lazer, quer sejam parques e praças públicas, quando bem equipados, tornam as áreas em seu entorno mais valorizadas e, conseqüentemente, procuradas pela garantia de uma vida mais saudável devido aos diversos benefícios que esses espaços lhes oferecem.

Scifoni (1994 apud GOMES; SOARES, 2003) considera o uso efetivo das áreas verdes como local de lazer, recreação ou simples contemplação da natureza mais importante que apenas o acesso visual. Para que isso ocorra, faz-se necessário que essas áreas estejam bem distribuídas na malha urbana, abrangendo desde o centro, conforme pode ser visto pelo exemplo na Coreia do Sul (Figura 8), até as periferias mais distantes das cidades. No entanto, Tarnowski; Moura (1991 apud Gomes; Soares 2003) destacam a importância da luta pelo aumento dos índices de áreas verdes, mesmo que não sejam distribuídas igualmente, nem acessível a todos os cidadãos, embora considerem os parques, bosques e praças como um sistema reestruturador da cidade e, portanto, indispensável para a melhoria da qualidade de vida da população. A reivindicação da sociedade por áreas destinadas ao lazer está associada à presença do verde nos espaços destinados a tal. Nesse sentido, as praças surgem como locais preferidos para a prática do lazer, pois, além de estarem mais próximas das pessoas pela estratégia de sua localização, propiciam também uma convivência harmoniosa entre os indivíduos que as frequentam.

Figura 8 – Revitalização do Rio Cheonggyecheon – Coreia do Sul



Fonte: Cidade de Ribeirão Preto (2018).

A presença do verde nas praças públicas torna-se essencial, visto que este elemento constitui-se de extrema importância na composição destes locais, seja pelo contato visual que

propicia à população ou pelas funções biológico-climáticas que desempenham. Mas, de acordo com Scifoni (1994 apud GOMES; SOARES, 2003, p.40), em relação à finalidade de lazer e recreação que essas áreas desempenham, “[...] não é só a ausência de vegetação que compromete a função, mas, principalmente a inexistência de equipamentos e condições voltadas a este uso”. Observa-se ainda que:

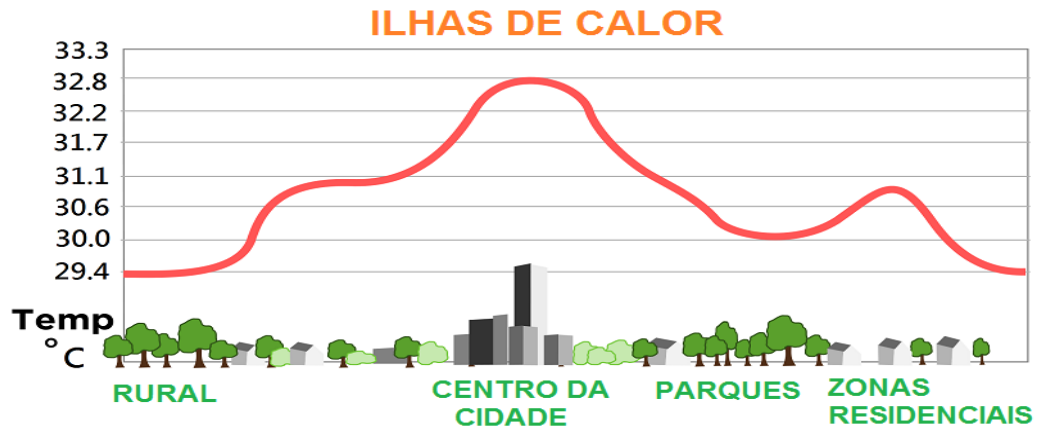
As praças ajardinadas nunca devem faltar numa cidade moderna. A sua proporção deve estar em relação com a superfície construída. Para cada duas mil casas deveria existir sempre um parque ou jardim de pelo menos cem metros quadrados; mas é claro que outros, muito maiores, deverão ser construídos nos pontos em que isto for possível. Reservando-se o espaço para estas áreas ajardinadas ao se traçar o plano de uma cidade, o programa não onerará muito a Prefeitura, mas posto em prática, sem esta preliminar, tornar-se-á dispendioso e irrealizável algumas vezes. (HOEHNE, 1944, p. 46).

Em relação ao conforto térmico, Brandão; e Lucena (1999) mostraram que, verificado em algumas praças do Rio de Janeiro/RJ como a “Mauá, Cruz Vermelha e Tiradentes”, a insuficiência arbórea em espaços abertos dessa natureza favorece situações de extremo desconforto humano. Esse é, portanto, um fator fundamental que justifica a presença de árvore nas praças, pois a situação de desconforto térmico é incompatível com a função que a praça deve desempenhar que é exatamente a de propiciar lazer ao ar livre. Essa função jamais vai se cumprir nas cidades brasileiras, como integrantes de regiões tropicais, se a praça não for enxergada como área verde, capaz de cumprir múltiplas funções no espaço urbano.

A vegetação é, pois um importante componente regulador da temperatura urbana, pois absorve com muito mais facilidade a radiação solar que é utilizada nos seus processos biológicos: fotossíntese e transpiração. Assim como as áreas mais arborizadas das cidades, àquelas localizadas próximo aos grandes corpos d’água como os reservatórios tendem a apresentar temperaturas mais amenas.

Na figura 9, apresentada a seguir, é possível observar a representação dos altos índices das ilhas de calor nos espaços com maior ou menor presença de vegetação, de área verde. Nota-se, assim, que nas áreas com maior vegetação, a exemplo das áreas rurais e dos parques, as ilhas de calor diminuem, em oposição ao centro das cidades urbanas, onde o processo de industrialização e concretização do urbano é maior, aumentando as ilhas de calor.

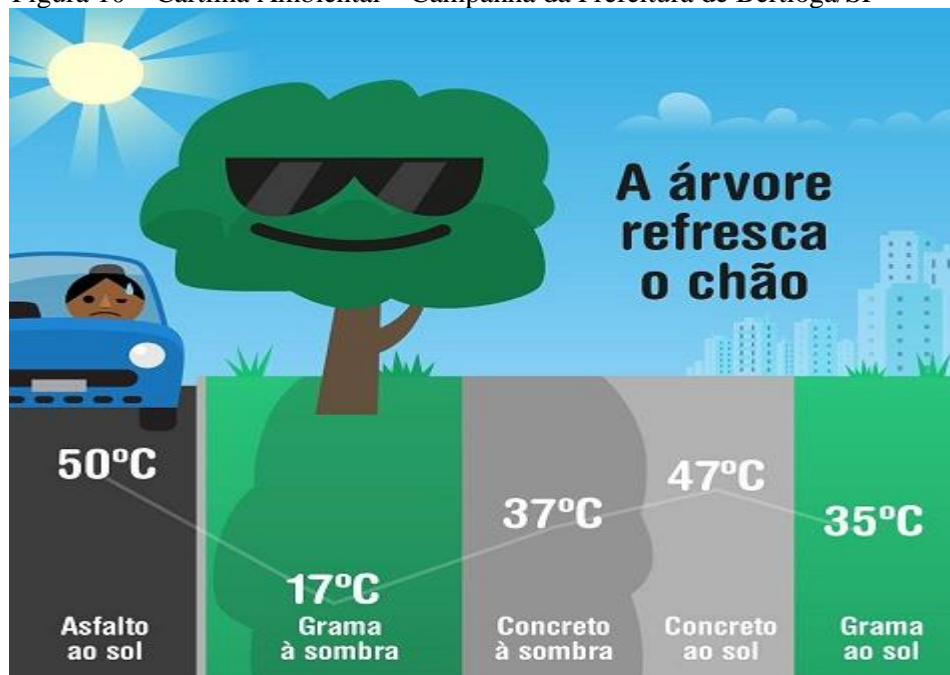
Figura 9 – Temperaturas em ambientes naturais



Fonte: Sustentarqui (2018).

As alterações de temperatura em locais sem e com vegetação, demonstradas no gráfico ilustrativo acima, leva em consideração a hierarquia local. Quando a grandeza do local aumenta, perde-se vegetação, desse modo, aumentando o uso do concreto puro, haverá uma consequente elevação do desconforto ambiental. A importância de se estudar o conforto térmico nos espaços públicos, em consequência nos parques públicos, reside no fato de que, como locais públicos de lazer mais próximos da população, tais espaços devem proporcionar condições de bem-estar para quem os frequenta. Estas condições se expressam, sobretudo, através da presença de vegetação, que é um condicionante fundamental no estudo da temperatura urbana.

Figura 10 – Cartilha Ambiental – Campanha da Prefeitura de Bertioga/SP



Fonte: Bertioga (2017).

O conceito de conforto térmico implica necessariamente na definição de índices em que o ser humano sinta confortabilidade em decorrência de condições térmicas agradáveis ao corpo, de acordo com a figura 10 acima. Para García (1985 apud Amorim; Gomes, 2003), conforto térmico consiste no conjunto de condições em que os mecanismos de autorregulação são mínimos, ou ainda na zona delimitada por características térmicas em que o maior número de pessoas manifeste se sentir bem. Portanto, as condições térmicas se estabelecem mais uma vez, ressaltando a importância da vegetação como reguladora do campo térmico urbano, que neste estudo se alicerça à importância dos parques urbanos para as cidades.

3.4 PARQUES URBANOS

Para Pasqualetto e Silva (2013), a origem dos parques se fundamenta em dois pontos primordiais e norteadores: a urbanização e a industrialização dos países. O Processo de Urbanização se deu primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. Segundo Martins Júnior (2007) apud Pasqualetto e Silva (2013), essa manifestação se deu com o surgimento das grandes cidades e das metrópoles, baseada primeiramente na industrialização e depois no êxodo rural. “O termo ‘urbanização’ designa, tecnicamente, o fenômeno pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural.” (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 37 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013, p. 288).

Scocuglia (2009 apud PASQUALETTO; SILVA 2013) ressalta que os parques, definidos como equipamentos públicos, têm a sua história marcada através de experiências inglesas, francesas e norte-americanas; os primeiros parques urbanos surgiram paralelamente à formação das cidades em fins do século XVIII, sendo o seu apogeu nas décadas de 1850 e 1860, na Europa e nos Estados Unidos. Segundo Oliveira (2010), a ideia de sistema de parques aparece no século XIX com Olmsted, nos Estados Unidos, onde o verde passa a ser incorporado na cidade, através de referências europeias com arborização de vias e criação de anéis verdes.

No final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como um fato urbano relevante e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos – o *Park Movement* liderado por Frederick Law Olmsted e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston. No século XIX surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os *parkways*, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses formais e monumentais. (SCALISE, 2002, p. 18).

Apesar dessas motivações em outros países, o Brasil não foi impulsionado por tais mudanças comportamentais, pois, segundo Scocuglia (2009) apud Pasqualetto e Silva (2013),

o país ainda não possuía uma rede urbana expressiva e o sistema de parques funcionava como uma extensão do cenário das elites que apenas “repetiam” os modelos internacionais, especialmente os ingleses e franceses. No início do século XIX, o Brasil é marcado por uma organização em sua estrutura, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa em 1808. Macedo (2003 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013) afirma que tal reestruturação reflete nas velhas e pequenas cidades, reorganizadas para desempenhar novas e sofisticadas funções administrativas; uma dessas cidades é a antiga capital, o Rio de Janeiro, que incorpora tais funções, tornando-se rica em recursos e investimentos.

Esse autor ressalta ainda que os parques construídos em pequeno número eram localizados em algumas das grandes cidades e restritos às áreas centrais e bairros de contexto. No Rio de Janeiro foram construídos os três primeiros parques públicos: Campo de Santana, que é um conjunto de parques, projetado em 1873 (na época do Segundo Império), seguia o padrão anglo-francês largamente utilizado nos parques e jardins modernos de Paris.

Na passagem destes séculos, o parque, que antes era ricamente elaborado e decorado, torna-se também, segundo Macedo (2003 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013), um elemento urbano comum, pois não só as principais capitais possuem belos parques, como também comunidades urbanas de médio e pequeno porte. Exemplos disso são os parques criados em estações de água nas cidades de Araxá e Poços de Caldas, ambos em Minas Gerais; assim como inúmeros passeios públicos em Curitiba, Recife e Fortaleza, que chegam aos nossos dias em bom estado de conservação. O autor completa, também, que nesse período, surgem os primeiros parques privados do país, que ofereciam ao usuário, o acesso a exposições e zoológico. Como exemplo, se tem o Jardim da Saúde, o Parque Antártica e o Jardim da Aclimação, todos em São Paulo.

O início do século XX foi um período de grandes transformações. Nas palavras de Segawa (1996 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013, p. 290), “[...] a criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República [...]”. O autor afirma ainda que nesse período marcado pelo processo de modernização, São Paulo se tornou a maior cidade sul-americana do século XX, à qual relaciona dois grandes eventos: o aterro e saneamento da área da várzea do Carmo, atualmente conhecido como Parque D. Pedro II.

O autor afirma que o exemplo mais significativo dessa fase é Brasília, que concebida em 1950 e inaugurada em 1961, foi idealizada como cidade parque, onde todos os edifícios foram projetados para serem envolvidos “[...] por extensos gramados e arvoredos, permitindo aos seus moradores o desfrute cotidiano, ao menos visual, de espaços cenicamente tratados

como um parque” (MACEDO, 1999 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013, p. 292). Como exemplo, cita-se o Parque Python, que, projetado por Burle Marx, mais tarde se tornou conhecido como Sarah Kubistchek.

O século XX é conhecido como o período da consolidação da arquitetura paisagística brasileira, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; ainda segundo Macedo (1999 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013), o ato de projetar o espaço livre, torna-se, antes de tudo, objeto de trabalho de profissionais que passam a criar tanto espaços públicos quanto privados, havendo em suas obras o desprendimento das antigas influências europeias e a incorporação de um caráter nacionalista, com características tropicais e assumindo identidade própria. Ao contrário do que ocorria no século anterior, o lazer recebeu uma nova representação, desempenhando importante papel na mentalidade dos indivíduos.

Somente nos últimos vinte anos do século XX, observa-se que a implantação e formação de parques públicos despertaram o interesse da classe política. Macedo (2003 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013) explica que essa tendência é fruto da crescente urbanização do país, onde a maioria da população reside em cidades, passando a ser implantados logradouros nos médios e grandes aglomerados urbanos, sob a responsabilidade de governos estaduais e municipais, em Salvador o Parque Metropolitano de Pituáçu (Figura 11) representa esta realidade, que exigem revisão e reelaboração dos programas tradicionais.

Figura 11 – Parque Metropolitano de Pituáçu



Fonte: Google (2018),

Em quase toda sua totalidade, os parques urbanos são de responsabilidade pública e sob a administração municipal, estadual ou federal. Costa (2010) ressalta que a maioria das cidades possui instrumentos de planejamento que direcionam a quantidade e qualidade destes espaços públicos, como por exemplo, o plano diretor. Entretanto, questiona que em muitos

casos, há a carência de “[...] concepções e visões abrangentes e estratégias apropriadas, que venham a combinar o desenvolvimento a gestão desses espaços com as políticas mais globais para o desenvolvimento urbano [...]” (COSTA, 2010, p. 9).

Scucuglia (2009 apud PASQUALETTO; SILVA, 2013) afirma que o parque do século XXI procura recriar as condições naturais dentro da paisagem urbana, transformando estes espaços em locais de sociabilidade e contato com a natureza. Além dos parques ecológicos, parques de lazer e parques temáticos, já conhecidos desde o século XX, os atuais parques urbanos vem incorporando novas características em seus usos e sistemas de planejamento, entretanto, tais usos ainda estão se consolidando e merecerão novos e aprofundados estudos futuramente.

3.4.1 Parques Urbanos na cidade de Salvador – Bahia

Os parques públicos na cidade de Salvador são tratados no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA)⁷. De acordo com Serpa (2006), neste documento os parques são classificados sob dois aspectos: pela ótica ambiental, vistos como “espaços verdes” e de conservação, e pela ótica do lazer, vistos como espaços públicos voltados para a recreação e o entretenimento. Sob a ótica ambiental, os parques compõem um sistema de espaços de preservação ambiental subdividido em dois subsistemas: o das áreas de valor urbano-ambiental e o das áreas de conservação, cuja importância deve-se ao seu valor ecológico ou à sua significância para a qualidade urbano-ambiental, conforme observa-se no quadro apresentado a seguir.

Quadro 1 – Classificação dos Parques na cidade de Salvador/BA

Classificação	Identificação dos parques
Parques de Natureza	São Bartolomeu e Abaeté.
Parques Urbanos	Zoobotânico, da Cidade e Pituauçu.
Parques de Recreação	Dique do Tororó, Jardim dos Namorados, Costa Azul e Aero clube.
Espaços Abertos Urbanizados	Praças, mirantes, jardins públicos, áreas verdes integrantes de loteamentos, campos e quadras poliesportivas.

Fonte: Autoria própria (2018).

⁷PDDUA é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município para o período de oito anos.

Serpa (2006) verifica ainda, que alguns dos parques urbanos e de natureza mencionados (Pituaçu, Abaeté, São Bartolomeu e da Cidade) aparecem entre as áreas da cidade com médio a alto valor ecológico, o que deveria determinar, como indicado pelo Plano Diretor, políticas públicas de conservação, preservação e recuperação ambiental; no entanto, as políticas de requalificação do espaço público, empreendidas no território municipal a partir dos anos 1990, parecem contradizer essa lógica, como veremos nas próximas seções.

Figura 12 – Parque da Cidade



Fonte: Google (2018).

Segundo Serpa (2006), em princípio se apoia na ideia de que a melhoria da qualidade de vida urbana valoriza a imagem e a atratividade das cidades, as áreas verdes servindo a esse fim. Salvador também se inscreve nesse processo de desenvolvimento sustentável, mas é necessário perguntar se tal política apresenta peculiaridades inerentes ao contexto da capital baiana, constatando-se que a situação socioeconômica da Bahia e do Brasil está longe daquela verificada nos países ricos.

Assim, fica evidente, a partir da análise de Serpa (2006), que projetos, programas e intervenções recentes foram realizados em função de estratégias de valorização do solo urbano, em bairros com maior concentração de população de melhor poder aquisitivo. Essas estratégias baseiam-se em um modelo ideal de cidade, em cujo paradigma a criação de

espaços públicos, o “embelezamento urbano”, entre outros, constituem estratégias de *marketing* urbano, de acordo com o paradigma de Barcelona. As opções de desenho urbano adotadas e a estética desses espaços reforçam seu caráter mercadológico. A observação *in loco* atesta a adoção de um partido a um só tempo estético e comercial. O parque confere “identidade” ao espaço urbano, é uma “imagem” a ser exibida e consumida como qualquer outra mercadoria.

A estratégia de promoção, de acordo com Serpa (2006), é de uma imagem positiva de Salvador por meio da revalorização de seus espaços públicos faz parte do receituário do planejamento estratégico, importado de Barcelona pelas últimas gestões municipais. A cidade catalã tornou-se uma referência para o mundo, pela capacidade de atrair um evento de porte como os Jogos Olímpicos de 1992, o que contribuiu para a elaboração e implantação de seu plano estratégico. Esse modelo aposta na criação de *holdings*, consórcios ou empresas mistas para executar ações de desenvolvimento urbano. Tanto a requalificação como a adoção de espaços públicos por empresas privadas segue a lógica da visibilidade e da expectativa de retorno por meio da propaganda e do *marketing*.

As transformações que acontecem nas cidades são motivadas por determinações no campo socioeconômico, ambiental, estético, lazer, entre outros, em busca de uma urbanização que tem como base as dinâmicas do modo capitalista de produção. Sposito (2010) apresenta que o mercado é importante porque condiciona (pela oferta e pela demanda) as razões da apropriação dos lotes urbanos por parte de consumidores e investidores, visto que não existe a capacidade de cada um destes produzir individualmente o solo.

Desta forma, afirma Corrêa (2002), observando que o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, é possível entender que ele deve ser empreendido como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Estes agentes sociais são concretos e suas ações são complexas, sendo estas ações derivadas da dinâmica de acumulação de capital e das necessidades múltiplas da reprodução das relações de produção (CORRÊA, 2002).

Segundo Corrêa (2002, p.12), “[...] quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários; d) O Estado; e) Os grupos sociais excluídos”. Além disso, todo o processo de reprodução espacial dentro das cidades se constitui a partir da articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da

acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida).

Desse modo, a mediação tanto dos níveis quanto dos agentes é realizada pelo Estado que também se constitui como agente desse processo. O Estado é o único agente capaz de criar condições para superar o principal problema do modo capitalista, que é a acumulação de determinados agentes, em benefício do desenvolvimento coletivo. Assim, o choque produzido por estratégias diferenciadas no espaço entre o Estado e os promotores imobiliários é atenuado em função de um acordo momentâneo e localizado entre dois segmentos diferenciados e com interesses divergentes da sociedade (CORRÊA, 2002).

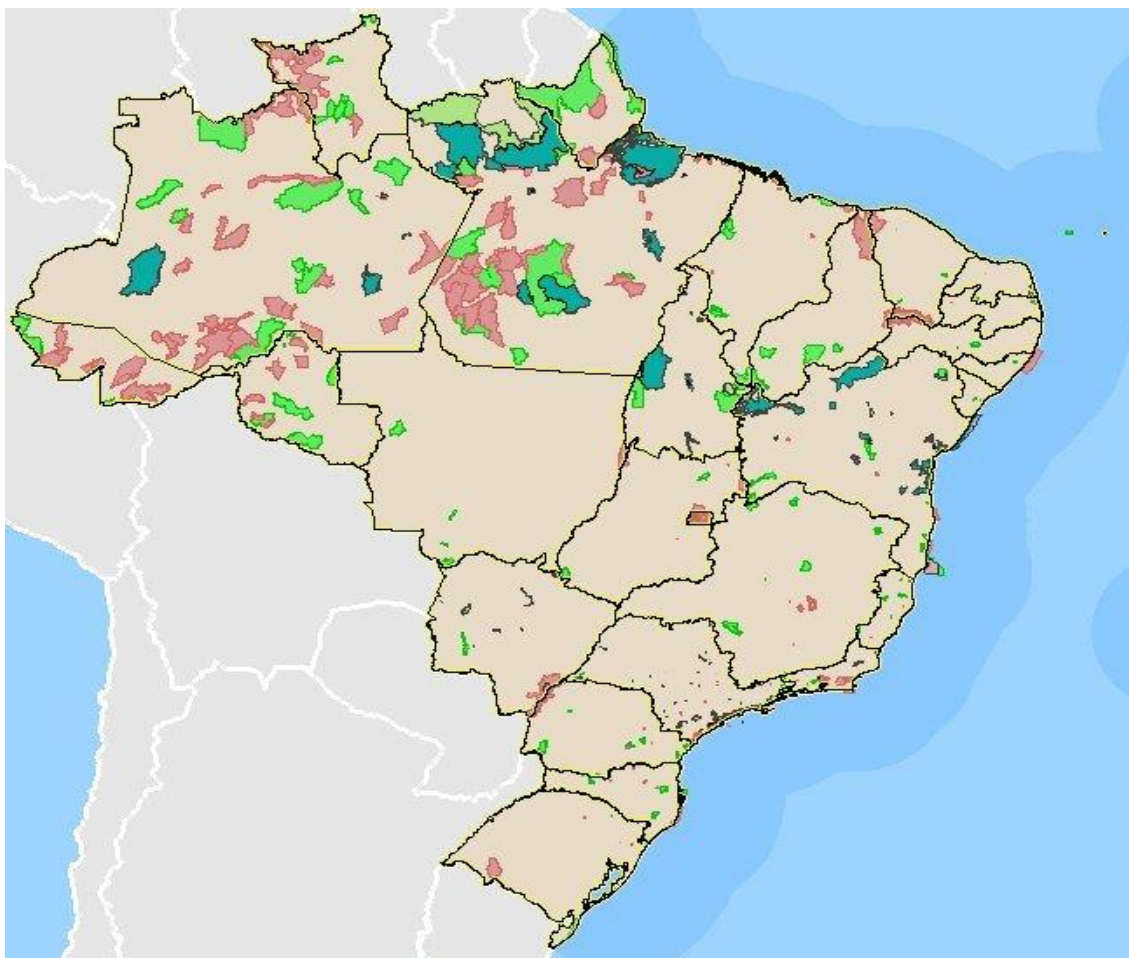
Para Corrêa (2002), o Estado intervém no sentido de eliminar as barreiras ao desenvolvimento continuado do capital, mas não elimina as contradições do processo de reprodução espacial: homogênea como imposição de sua ação e fragmentada pelas estratégias imobiliárias, que visam à exploração das áreas consideradas de maior valor e compatíveis com uma parcela nobre da sociedade. Contudo, Serpa (2006) pontua que o problema é que esses programas não atendem, via de regra, às áreas periféricas da cidade, onde o abandono de parques e praças é notório.

É, por exemplo, exatamente este o caso do Parque de São Bartolomeu, localizado no Subúrbio Ferroviário, um remanescente de mata atlântica que abriga a nascente do Rio do Cobre, considerado “[...] espaço sagrado para os praticantes do Candomblé.” (SERPA, 1998, p. 15). O estado de abandono, os assaltos frequentes, o descaso e a ausência de políticas públicas para o parque inviabilizam os ritos do Candomblé, afastando seus praticantes do local. E para podermos analisar e compreender a evolução do espaço geográfico, no que tange à evolução dos parques urbanos, como um todo, na cidade de Salvador, e especificamente no contexto da organização espacial das cidades, como é o Parque das Dunas Salvador, torna-se fundamental conhecermos a história desse espaço, bem como as transformações pelas quais ele passou ao longo dos anos.

4 PARQUE DAS DUNAS

O Parque da Dunas é uma Unidade de Conservação (UC), criada dentro da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, com o propósito de conservação de parte dessa Área de Proteção Ambiental. Na Figura 13, é possível visualizar todas as unidades de Conservação cadastradas no Brasil, e, dentre estas, o Parque das Dunas.

Figura 13 – Mapa das Unidades de Conservação



Fonte: Banco de Cadastro do MMA⁸ (2018).

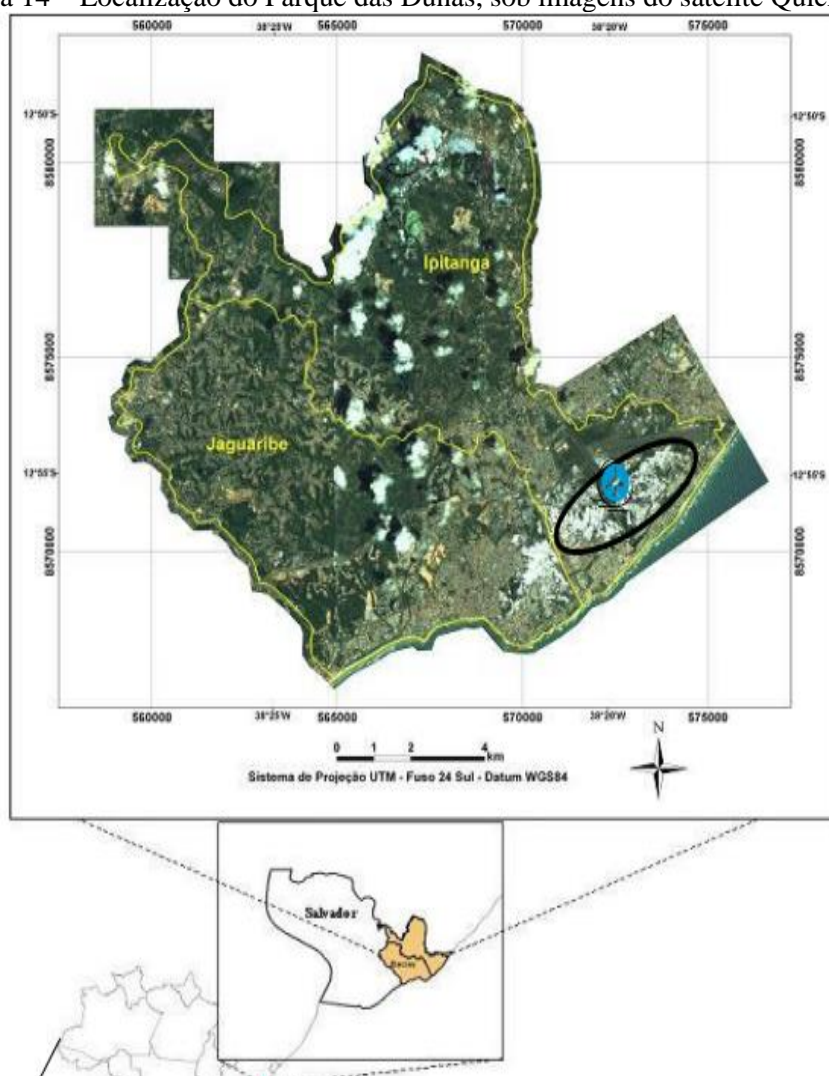
O Parque das Dunas possui uma área de 1 milhão e 200 metros, com 5km de comprimento e uma largura média de 1km. Está localizado ao norte do município de Salvador, na Av. José Augusto Tourinho Dantas, entre os bairros de Praia do Flamengo, Stella Maris, fazendo fronteira com o Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães, com um perímetro de 3,5km, conforme Figura 14. Essas terras foram alvo para a expansão

⁸ Ministério do Meio Ambiente (MMA)

do aeroporto e portanto, o seu entorno, teve uma alta especulação imobiliária. Com a promulgação do decreto de proteção em 1993, é abolida a utilização para fins de ampliação do aeroporto, porém, a área do entorno continua em franca valorização imobiliária. De acordo com Serpa (2018):

O discurso oficial defende a ideia de que os novos equipamentos têm fomentado um novo comportamento nas atividades de lazer dos baianos (até então restrita à praia). No entanto, poucos se beneficiam dos novos parques e praças. A população de baixa renda não dispõe de carro particular nem de transporte coletivo eficiente. Assim, os novos equipamentos – em geral distantes dos bairros periféricos – vêm segregar ainda mais os mais humildes. (SERPA, 2018, p.51).

Figura 14 – Localização do Parque das Dunas, sob imagens do satélite QuickBird.



Fonte: Souza (2015) a partir de Zuccari et al. (2006).

Os parques se estabelecem como uma área de domínio público, dentro das esferas Nacionais, Estaduais e Municipais, como é o caso do Parque da Dunas, constituídos por

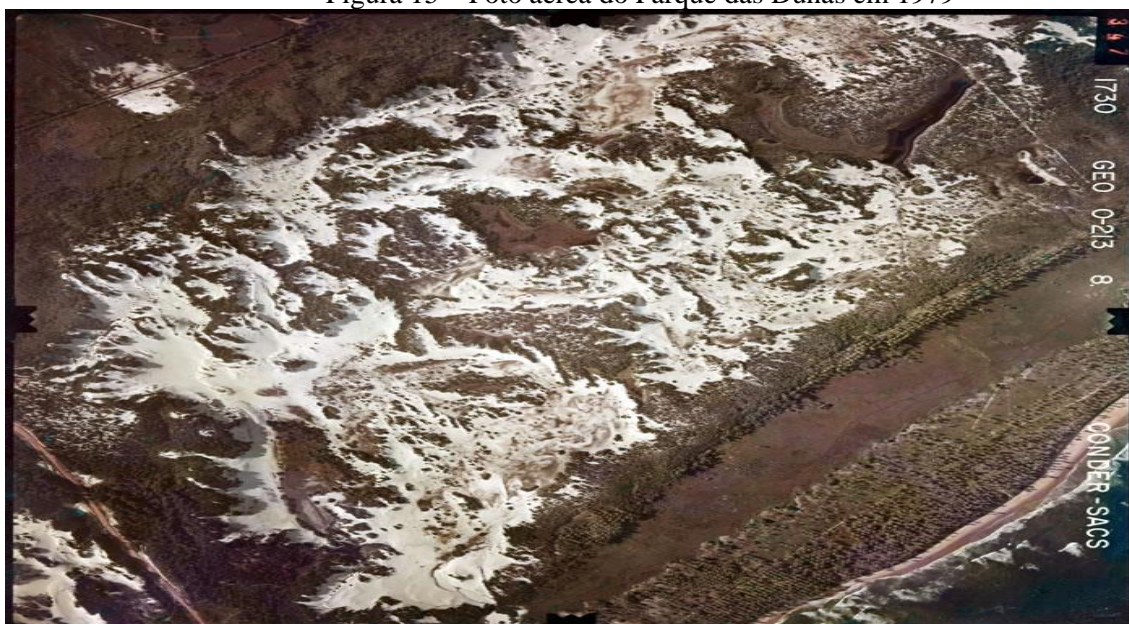
ecossistemas naturais, e, em menor escala, por ecossistemas modificados, cujo objetivo, além da preservação da natureza, é de proporcionar o estudo científico e oferecer à comunidade espaço para a interação (BRITO; CÂMARA, 1998).

Nessa perspectiva, o Parque das Dunas é essencial à população urbana. Isso porque ele conta com um rico ecossistema de dunas recobertas de vegetação que filtram o salitre que vem do mar, minimizando os impactos da salinidade e contribuindo para a conservação dos móveis e imóveis dos habitantes da cidade (TRIBUNA DA BAHIA, 2014).

4.1 HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO

Em 1981, o Governo do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, decretou a área ocupada atualmente pelo parque das Dunas como área de preservação do Abaeté, até então o parque possuía a configuração conforme a Figura 16. Em 1987, a partir de uma proposta integrada de ocupação do solo na faixa costeira do Salvador, entre as Praias de Itapuã e Praia do Flamengo, deu início à implantação do projeto do decreto estadual nº 351 de 22 de Setembro de 1987, o governo determinou a APA Lagoas e Dunas do Abaeté, dando-a como área de proteção ambiental. Na concepção e execução desse Projeto deveriam estar presentes os cuidados quanto à forma de intervenção no ecossistema dunar e a perspectiva de dotar a área de uma estrutura voltada para a conservação ambiental, o turismo e lazer (UNIDUNAS, 2013)

Figura 15 – Foto aérea do Parque das Dunas em 1979



Fonte: Google (2018).

No decreto estadual nº 2.540, de 18 de Outubro de 1993, foi decretada a APA Lagoas e Dunas do Abaeté, no Município do Salvador, com a finalidade de proteger o ecossistema. E desde 1996 a Universidade Livre das Dunas e Restingas do Abaeté – UNIDUNAS, vem mantendo esta área de 1.200.000m. Este espaço vem sendo utilizado por faculdades e escolas de Salvador e de todo o estado da Bahia para a prática de visitas, estimulando e mostrando o potencial ambiental.

Em 2001, se iniciou uma nova parceria com o Instituto de Ciência e Tecnologia Interdisciplinar – ICTI, uma associação civil sem fins lucrativos, promovendo atividades de ensino ambiental. Através de estudos no local, foram criados doze projetos autossustentáveis, provando que meio ambiente e desenvolvimento urbano foram sempre parceiros.

Já em 2002, foi criado o Zoneamento da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, resolução Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), nº 3.023 de 20 de Setembro, a qual indica que o Parque Ecológico da Restinga está inserido na ZUE (Zona de Uso Específico), com as seguintes descrições: Compreende área de dunas, lagoas, brejo, alagadiços, destinado também à ampliação do Aeroporto conforme decreto estadual nº 7.616/99, representa os últimos remanescentes de sistemas de dunas associadas às terras úmidas (lagoas, alagadiços e brejos), conservado no município do Salvador, podendo vir a constituir um laboratório natural de experiências científicas para o manejo deste tipo de ecossistema.

No documento, foram desenhados os Parâmetros Ambientais a serem seguidos pelo parque: Proteção do ambiente natural, turismo ecológico controlado, atividades de visita, pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias para a utilização sustentável. A futura ampliação de pista do aeroporto está condicionada a estudo de impacto ambiental – EIA e determinações estabelecidas pelos órgãos ambientais e outras entidades (UNIDUNAS, 2013).

Dentre os projetos – Área de Uso Público – foi aprovado integralmente, dentro do componente Recuperação e Preservação Ambiental. Através do contrato firmado entre o Governado do Estado da Bahia, pelo SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – a anuência prévia, dando como atividade educação ambiental e saúde integral. O objetivo da anuência é a instalação de equipamentos para fins educacionais, considerando que cumprirá com as normas e regulamentos pertinentes as unidades de conservação especificados na lei nº 9.985/2000 que institui o sistema nacional de conservação da natureza e seu regulamento. Para tanto, considera que o requerente autoriza a SEMARH a usar as informações geradas pelos trabalhos no manejo técnico da unidade de conservação e atenderá aos condicionantes definidos pela presente instituição na autorização da pesquisa. (UNIDUNAS, 2013).

Em 2006, a parceria com técnicos do Jardim Botânico de Salvador fez nascer o projeto piloto do Horto da Restinga. E no mesmo ano houve a Formação do Conselho Gestor da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, composto de quinze órgãos públicos e quinze instituições privadas. Foi publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, através do decreto nº 19.093 de 27 de Novembro de 2008, declarando de interesse público a implementação do Parque das Dunas. E em 2009 a UNIDUNAS divulgou carta de repúdio à ampliação do Aeroporto de Salvador.

O Decreto nº 22.507/11 delimitou e implantou o Parque das Dunas, ampliando até o Parque do Abaeté, com suas poligonais ficando assim declarado o Parque Municipal das Dunas. E em 2010, o Decreto nº 22.906/12 dispôs sobre a ampliação do Parque Metropolitano e Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté, inserido neste contexto a criação específica do Parque das Dunas, destinado à preservação da integridade dos ecossistemas naturais ali existentes. Esse decreto também regulamenta o decreto Lei nº 22.507/11. As orientações, nesse sentido, determinam as finalidades previstas para a gestão do Parque das Dunas, tais como: “Fins científicos, culturais e educativos”, criação do conselho gestor e regulamentação do seu Plano de Manejo.

No ano de 2014, o Parque das Dunas foi aclamado com o Título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) – UNESCO, de grande relevância para sua conservação e preservação. Título recebido devido ao projeto desenvolvido no Parque das dunas, como: educação ambiental, pesquisas científicas e sustentabilidade. Consagrando o Título internacional, onde 197 países estão protegendo também o Parque das Dunas.

4.1.1 Universidade Livre das Dunas (UNIDUNAS)

A UNIDUNAS foi a principal responsável pela criação do Parque das Dunas e, embora a UC pertença ao município de Salvador, cabe a essa OSCIP a administração do Parque, mediante Convênio de Cooperação Técnica firmado com a Prefeitura Municipal de Salvador (UNIDUNAS, 2014a). Constituída como OSCIP, a Universidade Livre das Dunas (UNIDUNAS) foi fundada no ano de 1995 e tem como premissa proteger o maior ecossistema de dunas, lagoas e restingas do município de Salvador (UNIDUNAS, 2014).

A UNIDUNAS foi a principal responsável pela criação e administração do Parque das Dunas. Ainda que a UC pertença ao município de Salvador, cabe a essa OSCIP a administração do Parque, mediante Convênio de Cooperação Técnica firmado com a Prefeitura Municipal de Salvador (UNIDUNAS, 2014a). A instituição atua de forma

integrada com os Poderes Públicos e Autárquicos, privados, instituições, conselhos de direito e entidades afins, assim como com pessoas físicas, no sentido de atingir os fins aos quais se destina, e os serviços a que a entidade se dedica são promovidos com recursos próprios (UNIDUNAS, 2018).

O Estatuto da UNIDUNAS, assinado em 22 de janeiro de 2013, em Salvador, afirma que o objetivo geral da OSCIP é “realizar e apoiar, com qualidade e ética, ações e projetos sociais e ambientais, fundamentados nos valores do ser e da família, saúde integral, resgate da cidadania e na formação de cidadãos socialmente responsáveis" (UNIDUNAS, 2018, n.p.). Entre seus objetivos específicos, estão a realização de ações que estimulem o desenvolvimento do pleno exercício da cidadania e a assistência social beneficente, através da capacitação profissional, saúde integral e educação ambiental; a promoção dos desenvolvimentos socioeconômicos, ambientais e culturais da população carente; a defesa e a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, preservando e conservando áreas de importância ambiental e estimulando a criação de unidades de conservação; e a busca do desenvolvimento ecologicamente sustentável, divulgando as causas dos problemas ambientais e possíveis soluções resultantes de atividades educativas, culturais, científicas e da pesquisa,

O Estatuto da associação, em seu capítulo III, determina que a OSCIP tem a seguinte composição organizacional: a) Assembleia Geral, o órgão deliberativo e soberano da Instituição, que se constitui dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários; b) Diretoria Executiva, composta pelos seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Técnico, Diretor Acadêmico e Científico, Diretor de Meio Ambiente e Ecoturismo, Diretor de Projetos e Captação de Recursos, Diretor de Infraestrutura e Projetos Arquitetônicos, e suplentes em número de dois; c) Conselho Fiscal, formado por três pessoas, com seus respectivos Suplentes eleitos entre os membros da entidade (UNIDUNAS, 2013).

Os recursos humanos da OSCIP são compostos, sobretudo, por sócios, que são divididos nas seguintes categorias, conforme UNIDUNAS (2013):

- a) Sócio Ordinário Fundador: é aquele que subscreveu a ata de criação da UNIDUNAS, e que tem direito a votar e a ser votado para cargos eletivos;
- b) Sócio Ordinário Especial: aquele que não subscreveu a ata de fundação da entidade, mas teve aprovação de seus membros em Assembléia Geral ou Extraordinária para seu ingresso, decorrente dos serviços prestados à UNIDUNAS e à causa ambiental, e que também terá direito a voto e a ser votado;

- c) Sócio Benemérito: título concedido à pessoa física, pessoa jurídica ou representante de uma pessoa jurídica que tenha prestado importante serviço ou contribuição para o objetivo da UNIDUNAS, não tendo direito de votar ou ser votado;
- d) Sócio Voluntário: é aquele que pode participar voluntariamente das atividades e trabalhos da UNIDUNAS, não tendo direito a voto nem a ocupar cargos eletivos, assim como não apresenta qualquer direito ou dever para com essa organização.

Figura 16 – Foto da Entrada do Parque das Dunas



Fonte: Autoria própria (2018).

4.1.2 Estrutura do parque

O Parque das Dunas, foto de entrada na Figura 16, oferece diversas atividades aos visitantes. Dispõe do maior ecossistema urbano de Salvador e oferece trilhas interpretativas como seu atrativo natural principal, bem como, uma infraestrutura para pesquisa e visitação, conforme quadro 02, abaixo apresentado. Para todas as atividades naturais, os grupos são acompanhados por guias qualificados, no intuito de que, durante todo o trajeto, sejam explicadas as características do ambiente natural (UNIDUNAS, 2013)

Quadro 2 – Estrutura do Parque das Dunas

Infraestrutura	Recursos naturais
<ul style="list-style-type: none"> • Auditório Ambiental (capacidade 150 pessoas); • Sala Verde (Mirante); • Horto de plantas medicinais; • Eco-salas (salas de aulas nas trilhas); • Meliponário (Abelhas sem ferrão); • Instituto Elo; • Salas de Aulas para palestra e cursos; • Centro de compostagem; • Horto de restinga; • Minhocário; • Biblioteca; • Lanchonete; • Sala de projeção; • Alojamento para pesquisadores; • Receptivos Ambientais; • Centro cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trilha Interpretativa (“Só se conserva o que se conhece, venha conhecer para conservar”); • 12 lagoas perenes e varias intermitentes; • Ecossistema de dunas, lagoas e restinga conservadas; • Orquidário natural; • Observatório natural de pássaros: Coruja buraqueira, falcão peregrino, gaviões, dentre outros; <p>E muita natureza conservada.</p>

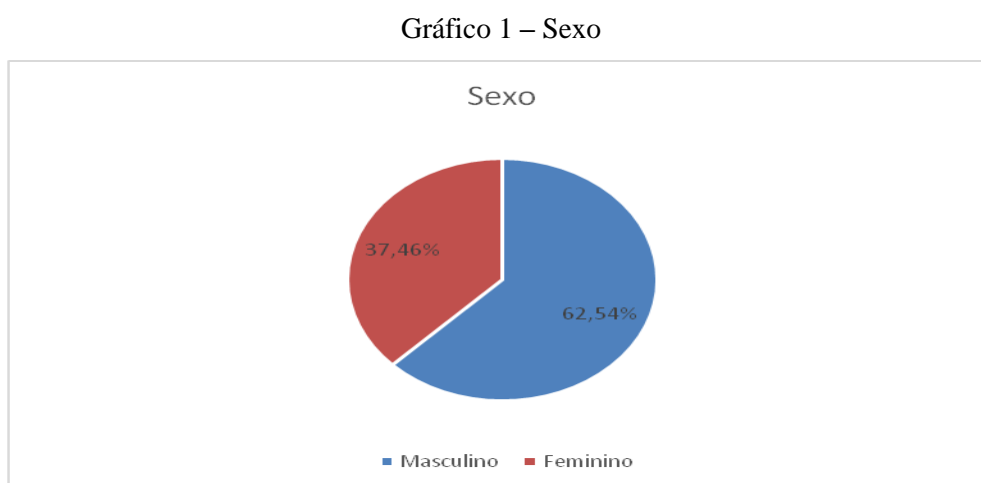
Fonte: Adaptado de UNIDUNAS (2016).

Toda a estrutura apresentada está disponível à comunidade para que se possa, dessa forma, criar no contexto de uma cidade urbanizada, uma esfera aprazível de circulação fácil, de qualidade de vida que possa nela se instalar. Desse modo, o Parque das Dunas foi pensado na lógica de aproximação entre as pessoas que vivem no bairro e na cidade de uma forma geral, pois ele é componente urbano ambiental na cidade de Salvador.

5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

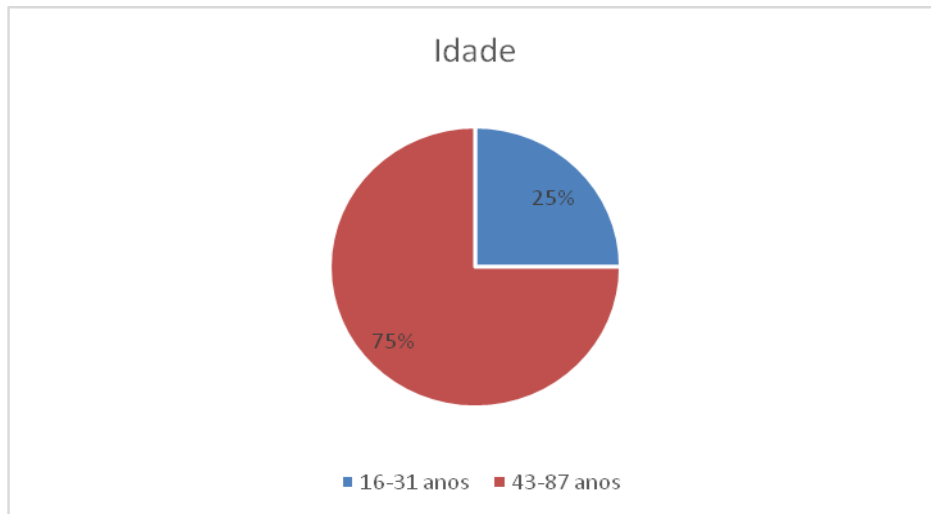
Ao recolher informações com os moradores do bairro de Praia de Flamengo, respeitou-se as características gerais da referida população com relação ao gênero e à faixa etária. A amostra utilizada foi composta por 320 residentes do bairro Praia do Flamengo e a frequência por gênero mostra que 37,46% dos entrevistados são do sexo feminino, enquanto 62,54 são do sexo masculino, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1:



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por sua vez, no Gráfico 2, que se refere à faixa etária, na qual estipulou-se 16 anos como a idade mínima e 87 anos como a máxima, 75% da população está dentro da faixa de 16 a 31 anos e 25% está entre 32 e 87 anos de idade. Subtende-se, portanto, que dos entrevistados, a maioria são do sexo masculino e com menos de 32 anos, portanto, numa faixa de idade que estão mais pré-dispostos à usufruírem das áreas de lazer existentes do bairro onde residem.

Gráfico 2 – Idade

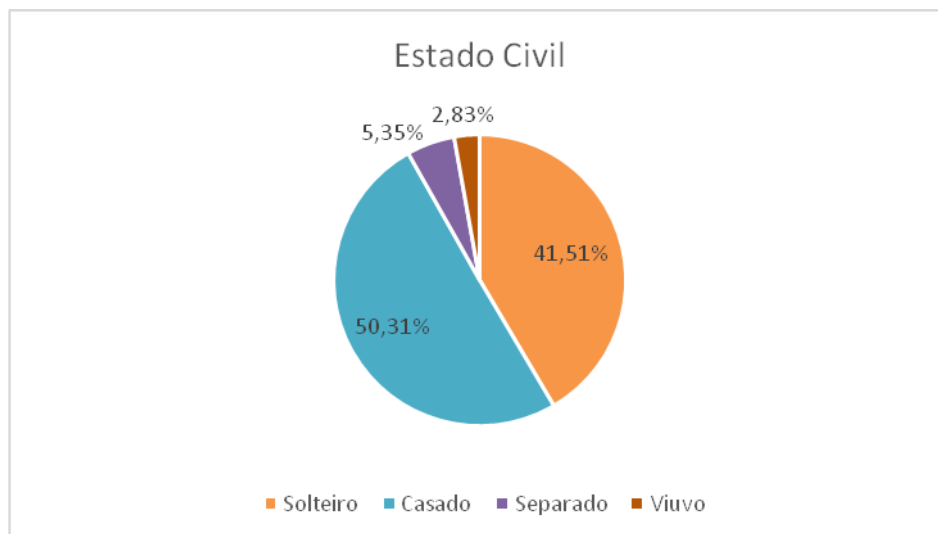


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para compor o perfil socioeconômico, também foram considerados o estado civil, ter ou não filhos e sua quantidade, o tempo de residência em Praia do Flamengo, quantidade de pessoas que residem na mesma casa, a escolaridade, se trabalha ou se tem alguma fonte de renda e a renda média mensal do sujeito.

Dentro do cômputo total, como pode ser visto no Gráfico 3, 50,31% dos entrevistados ouvidos são formados por pessoas que têm como estado civil a indicação de casados, seguidos de 41,51% de solteiros, 5,35% separados e 2,83% de viúvos. Ficando evidente, portanto, a predominância de casados e solteiros.

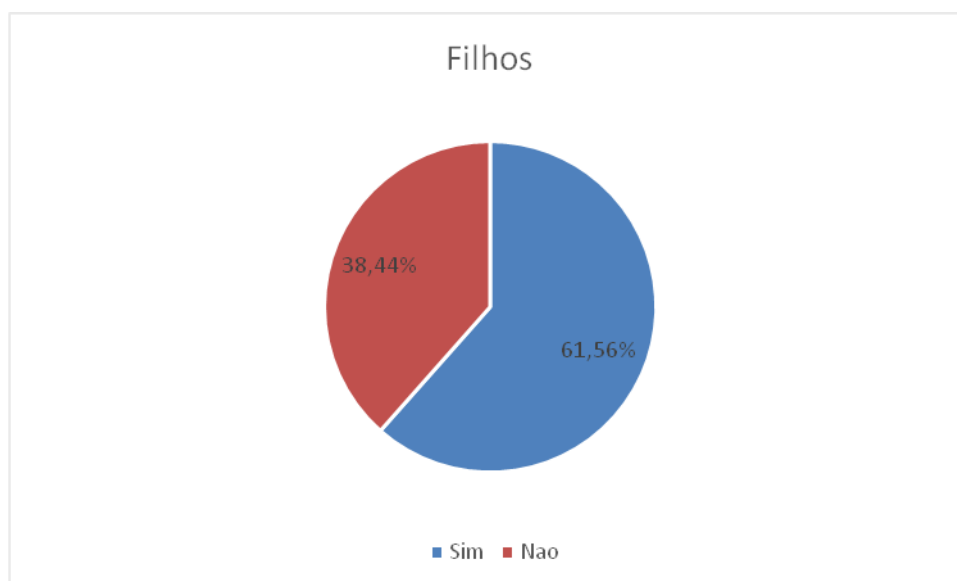
Gráfico 3 – Estado Civil



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

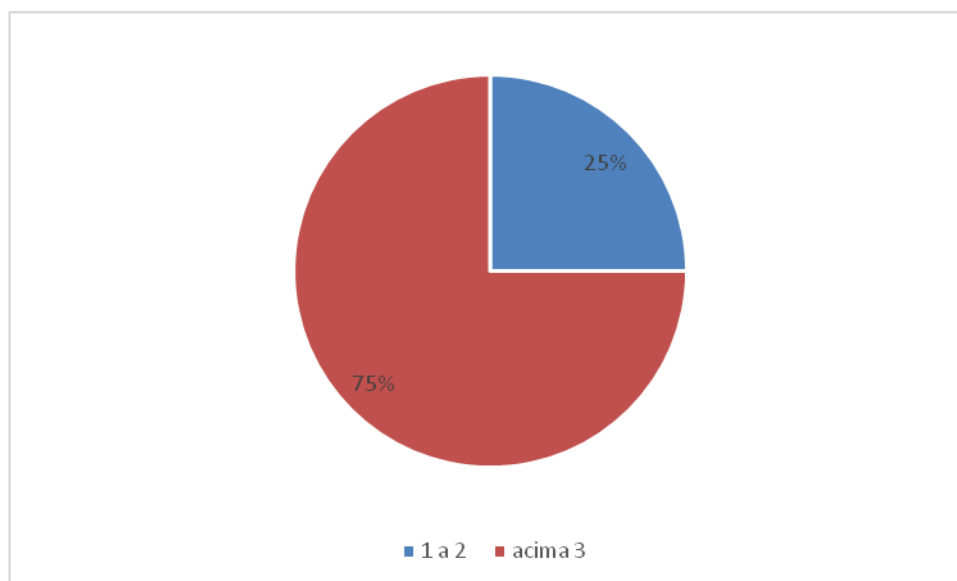
A condição de possuir ou não filhos e, quando positivo, a quantidade destes, está ilustrada nos Gráficos 4 e 5, respectivamente. Nestes, podemos constatar que 61,56% dos entrevistados possuem filhos, enquanto 38,44 não os possuem. E dentre os que possuem filhos, 75% possuem mais de três filhos e 25% possuem de um a dois filhos. Nota-se que a maioria se enquadra nesta última condição, conforme exposto nos gráficos a seguir:

Gráfico 4 – Filhos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

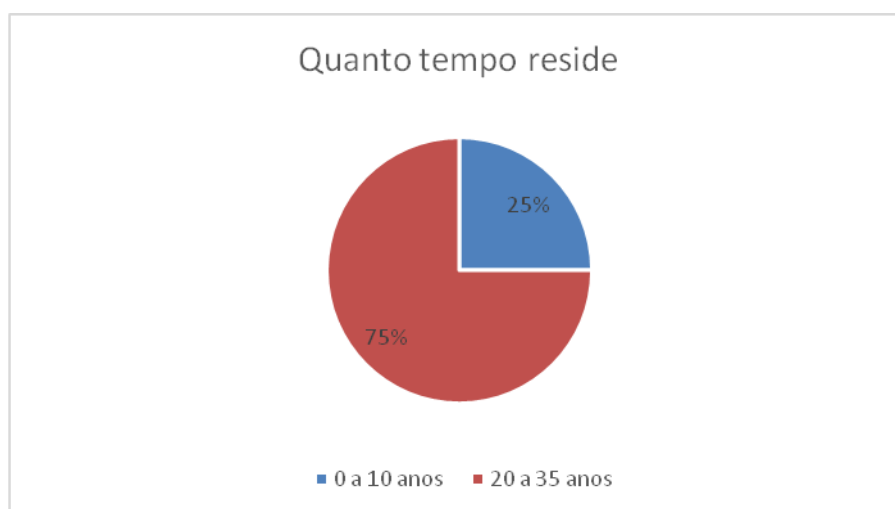
Gráfico 5 – Quantidade de Filhos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto ao tempo de residência no bairro, 75% residem entre 20 a 35 anos na referida localidade e 25% residem entre 0 e 10 anos. Posto isto, percebe-se que os moradores de Praia do Flamengo denotam apreciar residir no bairro, já que a maioria assim o faz há mais de 20 anos, conforme se observa no Gráfico 6, apresentado a seguir.

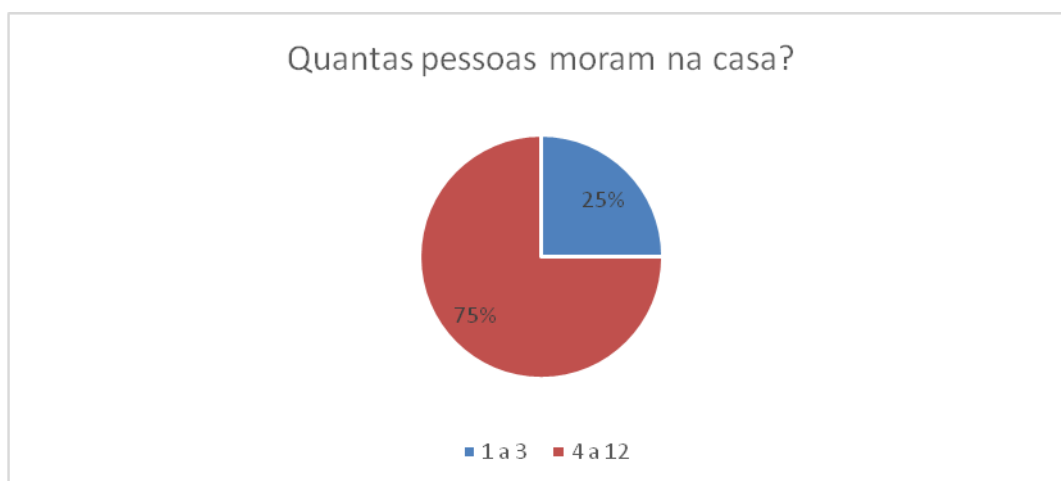
Gráfico 6 – Tempo de Residência no Bairro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que se refere ao número de pessoas residentes em uma mesma casa, foi levantado que em 75% das residências vivem de uma a três pessoas (Gráfico 7), e que em 25% residem de quatro a doze pessoas. Fica evidente que a maioria das residências são ocupadas com, no máximo, três pessoas, o que se pressupõe, que entre os casados, em sua maioria, possuem apenas um filho.

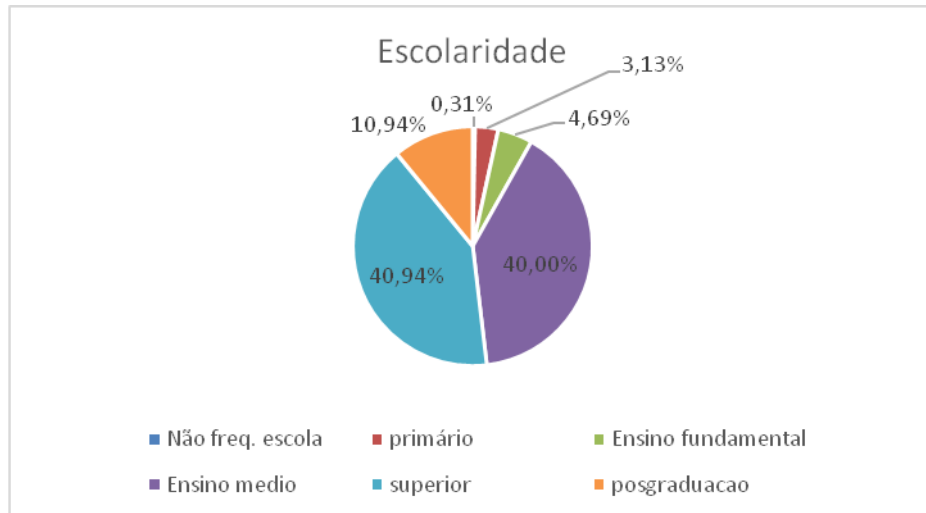
Gráfico 7 – Número de pessoas que moram em cada residência



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto à escolaridade, o ensino de nível superior teve maior destaque, com 40,94%, seguido de ensino médio com 40% e pós-graduação com 10,94% (Gráfico 8). A minoria tem ensino fundamental (4,69%) e primário (3,13%) e nenhum dos entrevistados nunca frequentou a escola.

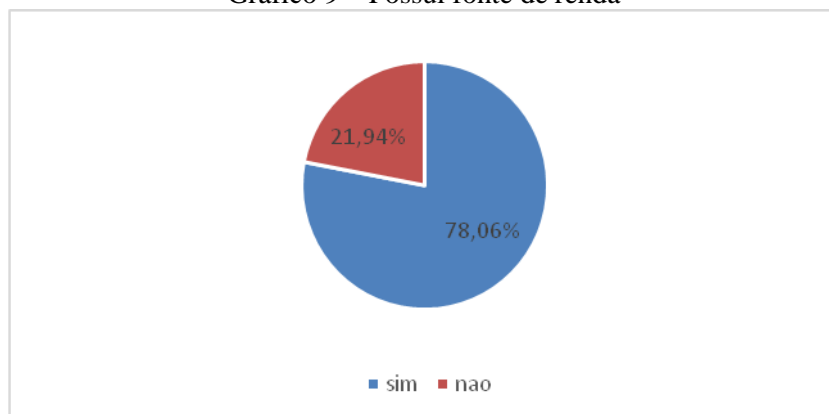
Gráfico 8 – Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que tange à condição de possuir alguma fonte de renda (Gráfico 9), 78,06% dos pesquisados disseram trabalhar de forma remunerada, ou mesmo possuir uma fonte de renda, enquanto 21,94%, afirmou não possuir renda.

Gráfico 9 – Possui fonte de renda

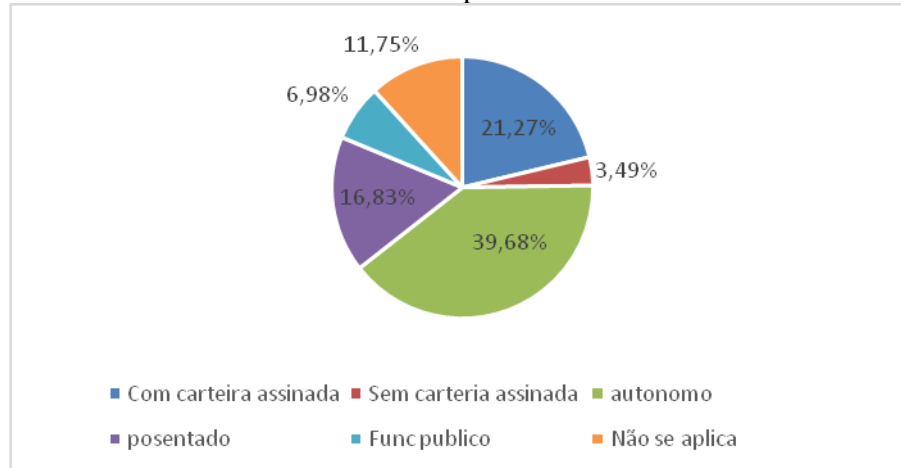


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dentre os que trabalham ou possuem alguma forma de fonte de renda, como pode ser visto no Gráfico 9, temos uma diversidade de tipos de trabalho e fontes de remuneração. Conforme exposto no gráfico abaixo, no qual se nota que a maioria é formada por profissionais autônomos (39,68%), a segunda maior incidência são de pessoas com carteira

assinada (21,27%), seguido de 16,83% de aposentados, 6,98% são funcionários públicos, 3,49% são remunerados sem carteira assinada e 11,75% das pessoas que possuem algum tipo de remuneração não se classificam em nenhuma das questões postas (Gráfico 10).

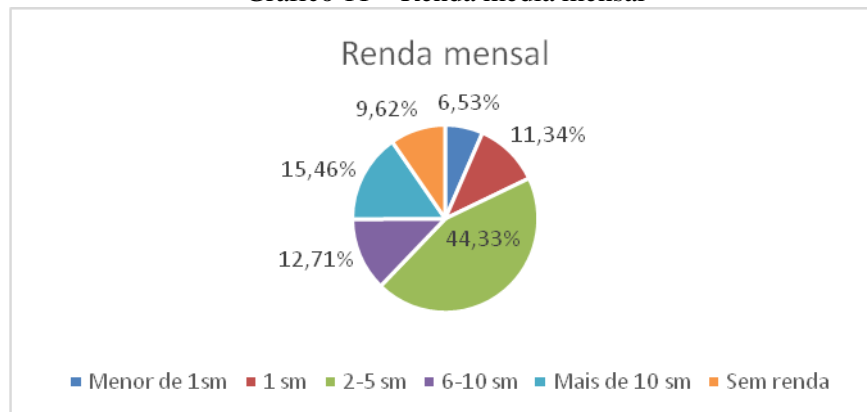
Gráfico 10 – Tipo de Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para verificar os dados referentes à renda média (Gráfico 11), os entrevistados tiveram opções entre menos de 1 salário mínimo e de mais de 10 salários mínimos. Os resultados que mais se destacaram foram os intervalos de dois a cinco salários mínimos (44,33%), seguido de 15,46% que recebem mais de dez salários mínimos, e incidência similar nos que recebem dentro do intervalo de seis a dez salários mínimos (12,71%) e dos que recebem um salário mínimo (11,34%). Apenas 6,53% da população entrevistada recebe menos de um salário mínimo.

Gráfico 11 – Renda média mensal

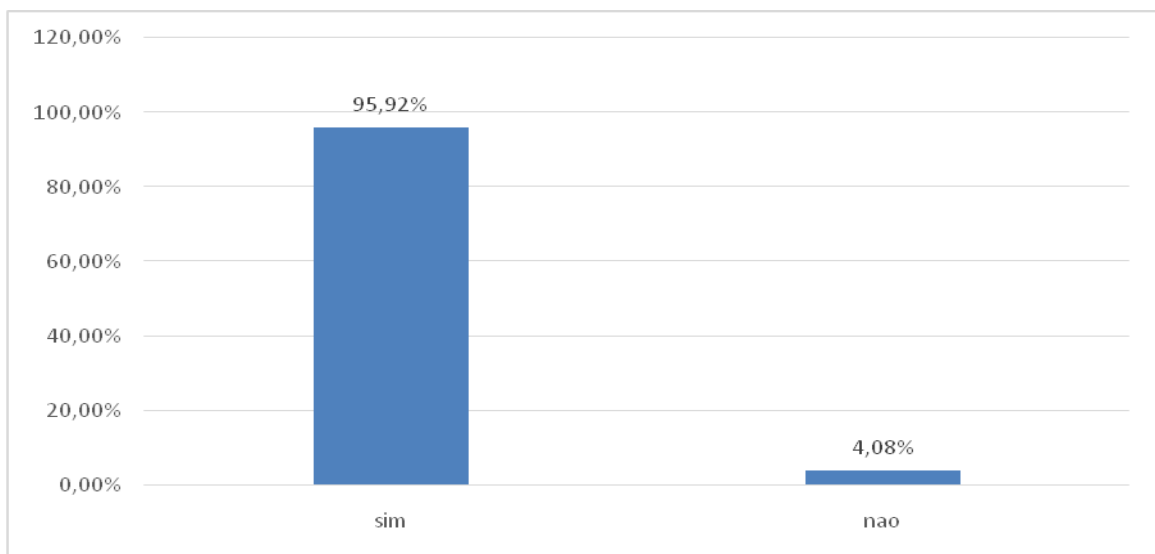


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5.2 INFRAESTRUTURA DO BAIRRO

Quanto à infraestrutura do bairro Praia do Flamengo, a opinião dos moradores no que se refere a gostar ou não de residir ali, é que 95,92% dos moradores apreciam residir no bairro e apenas 4,08% dos entrevistados disseram não gostar desta moradia (Gráfico 12).

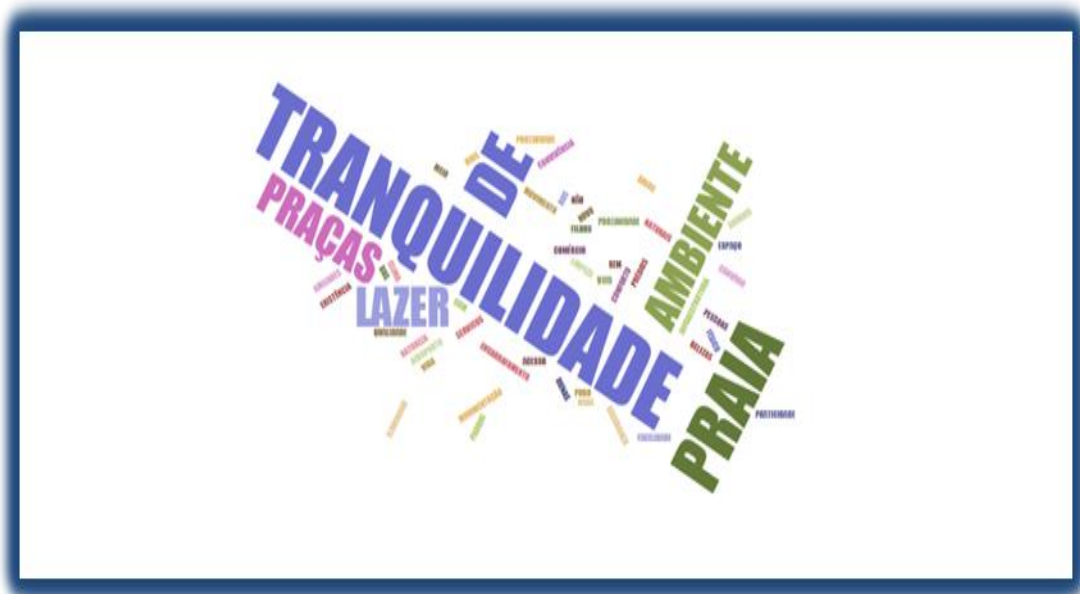
Gráfico 12 – Gosta de morar no bairro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foi questionado para os moradores, de forma livre, em cuja entrevista eles poderiam dizer o que quisessem em relação ao que mais gostavam do bairro em que vivem, e as declarações mais citadas, por ordem de incidência, foram: tranquilidade, praia, ambiente, lazer e praças. As demais declarações não tiveram significância para serem elencadas, pois a lembrança das mesmas foi irrelevante (Gráfico 13).

Gráfico 13 – O que mais gosta no bairro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Da mesma maneira (Gráfico 14), foi perguntado aos moradores, também de forma livre, em relação ao que menos gostavam do bairro Praia do Flamengo, e das declarações, as mais citadas, por ordem de frequência, foram: iluminação, distância, comércio, infraestrutura, abandono, públicos, transporte, vizinhança, lixo, violência, trânsito, acesso, serviços e ruas. As demais declarações não foram listadas, pois a lembrança das mesmas, pelos entrevistados, pouco apareceu.

Gráfico 14 – O que menos gosta no bairro

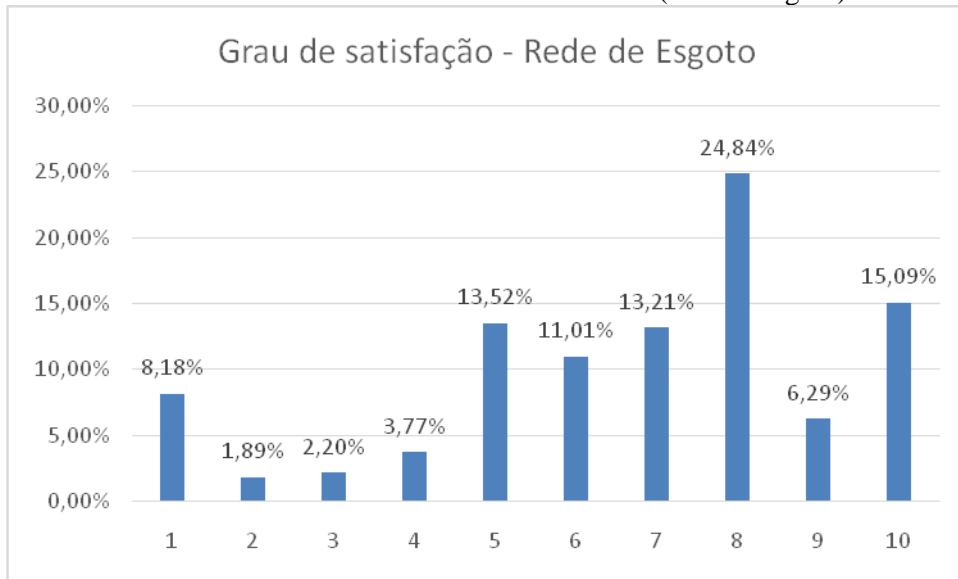


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Da questão 15 à questão 20, foi dada ao questionado a opção de pontuar com valores de um a dez, acerca dos serviços de infraestrutura do bairro, para que os mesmos pudessem emitir sua opinião, sendo que 1 (um) significa algo ruim e 10 (dez) excelente. O Gráfico 15 versa sobre o sistema de saneamento básico (rede de esgoto).

Sobre esta temática, o gráfico 15, apresentado a seguir, apontou que 24,84% pontuou com nota 8 (oito); 15,09% pontuou com nota 10 (dez); 13,52% pontuou nota 5 (cinco); 13,21% pontuou com nota 7 (sete) e 11,01% com nota 6 (seis). Sendo assim, observa-se que a maioria demonstrou estar satisfeita com a saneamento básico do bairro onde reside, pois as notas que mais apareceram são de 6 (seis) para cima, ficando, portanto, acima da média, que é 5 (cinco).

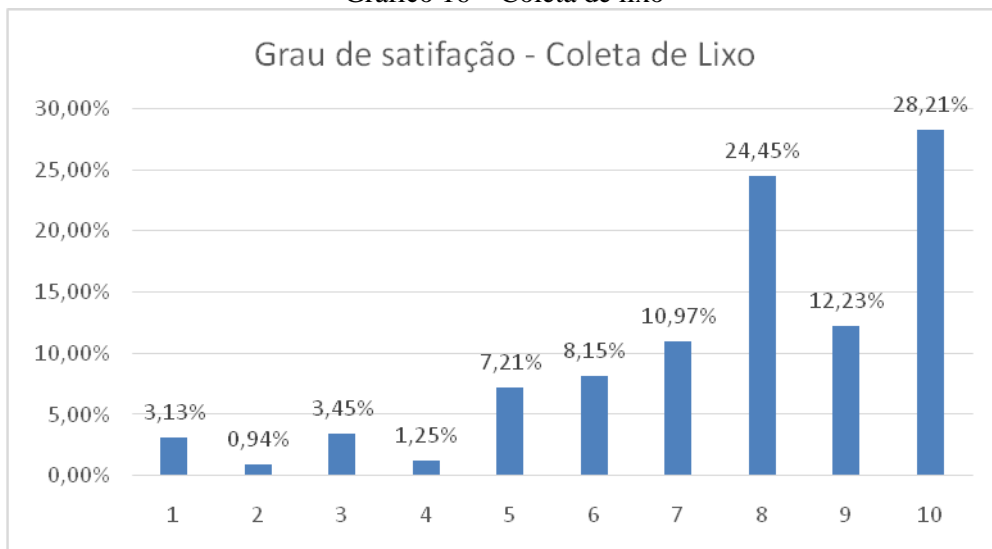
Gráfico 15 – Sistema de Saneamento Básico (rede de esgoto)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que diz respeito à coleta de lixo, 28,21% valorou com 10 (dez); 24,45% valorou com 8 (oito); 12,23% valorou com 9 (nove) e 10,97% valorou com nota 7 (sete). Ou seja, a grande maioria valorou este serviço com notas 7 (sete) ou maior que 7 (sete), e quase 30% dos questionados considerou o serviço com nota 10 (dez).

Gráfico 16 – Coleta de lixo

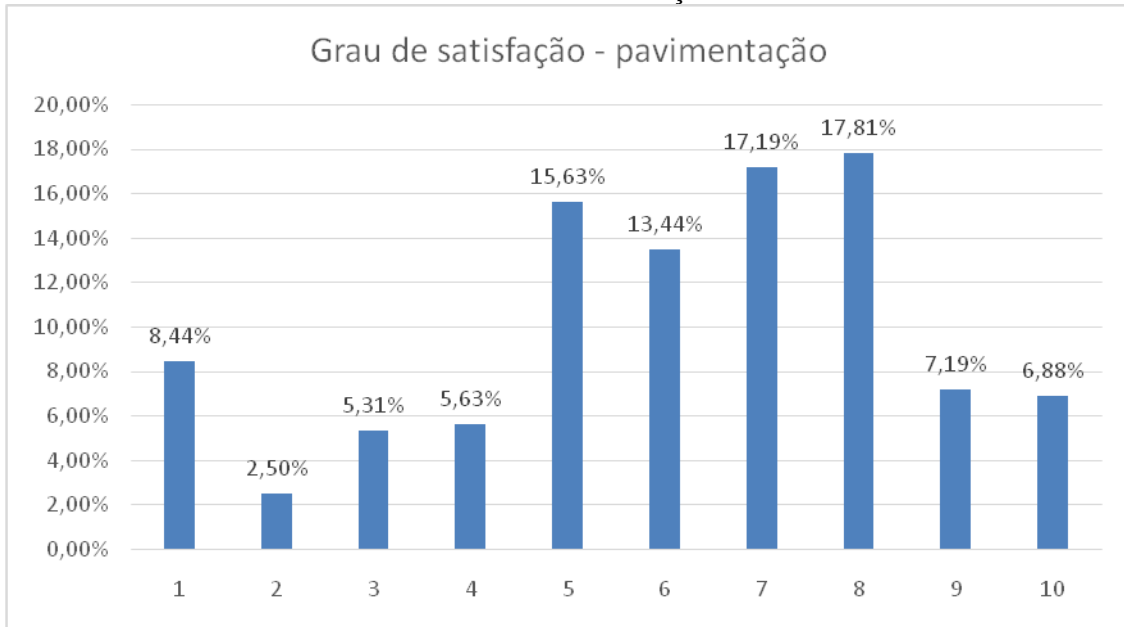


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em relação à pavimentação das ruas, o grau de satisfação foi de mais de 64% dos moradores, aproximadamente. Pois, estes, pontuaram entre as notas 5 (cinco) e 8 (oito), sendo

que as notas com mais incidência foram: 8 (oito), com 17,81%, e 7 (sete), com 17,19%, seguida da nota 5 (cinco), com 15,63% indicados (Gráfico 17).

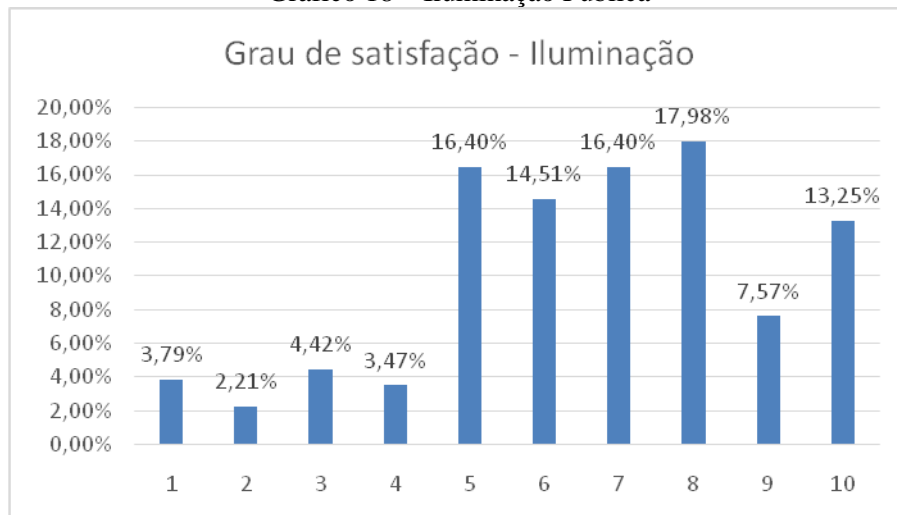
Gráfico 17 – Pavimentação das Ruas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que se refere à iluminação pública (Gráfico 18), as notas 8 (oito), 7 (sete), 5 (cinco), 6 (seis) e 10 (dez), respectivamente por ordem de aparição, somam quase 80% de satisfação com a oferta deste serviço em Praia do Flamengo. Sendo que a nota 8 (oito) foi valorada por 17,98%; a nota 7 (sete) e a 5 (cinco) valoradas igualmente por 16,40% da população.

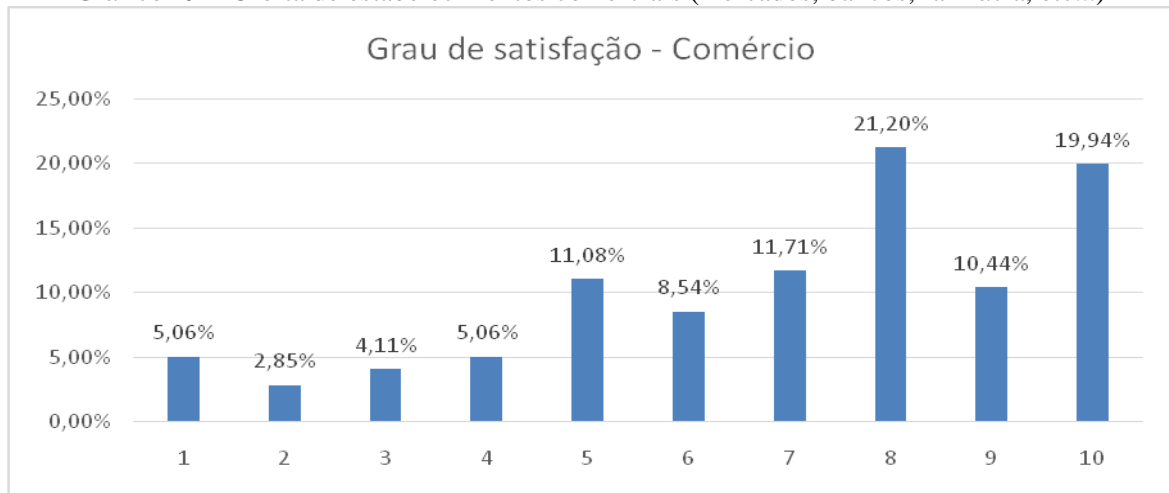
Gráfico 18 – Iluminação Pública



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No Gráfico 19, os moradores pontuaram com mais frequência as notas 8 (oito), 10 (dez), 7 (sete) e 5 (cinco), respectivamente, por ordem de aparição, e o grau de satisfação com os estabelecimentos comerciais da Praia do Flamengo é bastante significativo. Pois, cerca de mais de 53% da população, deram notas iguais ou maiores que 7 (sete); 21,20% deu nota 8 (oito); 19,94% deu nota 10 (dez) e 11,71% deu nota 7 (sete).

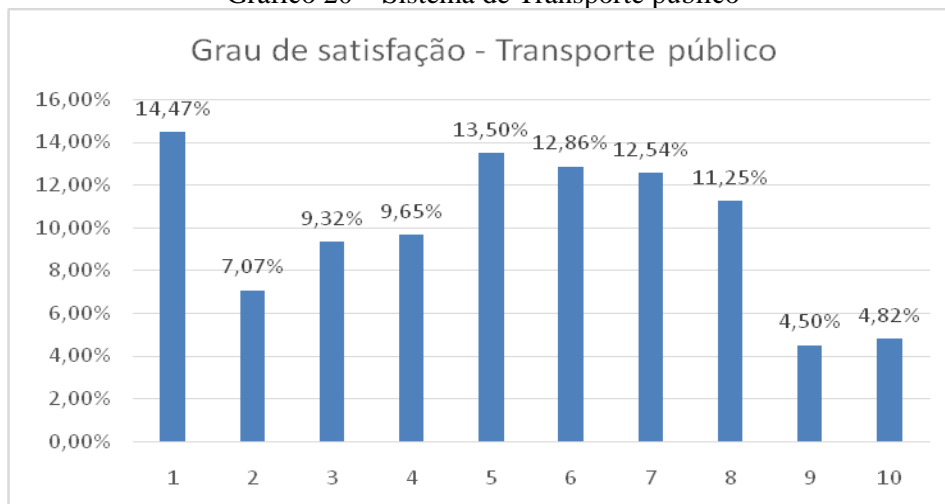
Gráfico 19 – Oferta de estabelecimentos comerciais (mercados, bancos, farmácia, etc...)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por fim, no Gráfico 20, no que tange à infraestrutura, foi perguntado sobre a satisfação em relação ao transporte público e, apesar de ter havido o maior número de aparições que pontuaram com nota 1 (um), (14,47%), no computo geral ficou equilibrado entre a quantidade de moradores que pontuaram com a nota 5 (cinco) para baixo (54%), aproximadamente, e 46% (aproximadamente), que pontuaram com a nota 6 (seis) em diante.

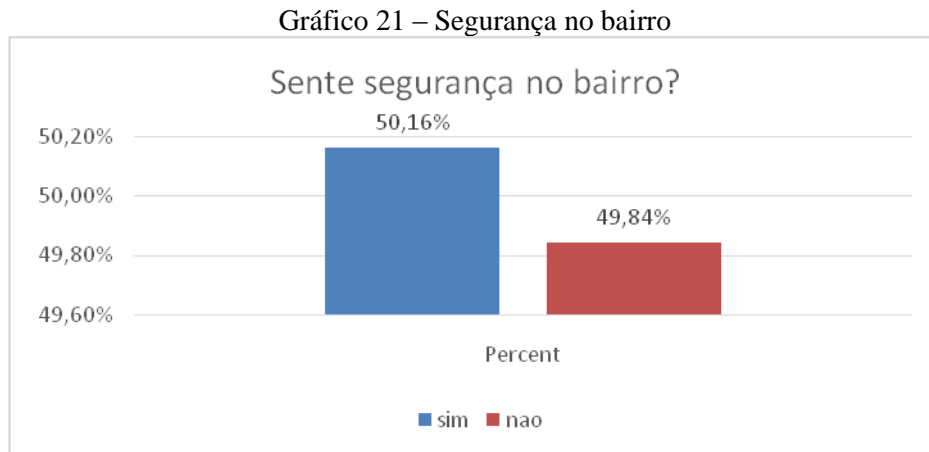
Gráfico 20 – Sistema de Transporte público



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

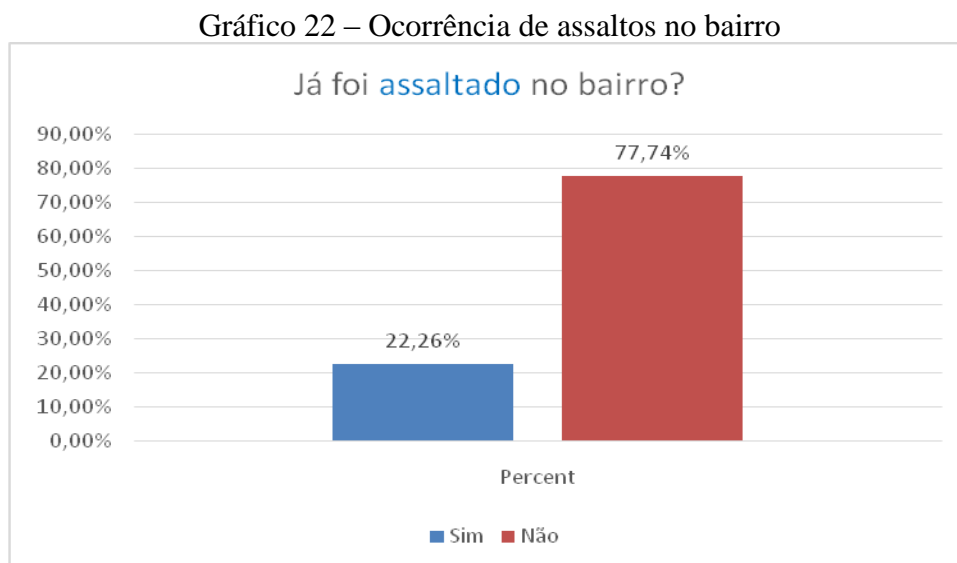
5.3 SEGURANÇA PÚBLICA

Ao serem perguntados se sentem seguros no seu bairro, 50,16% disseram se sentir seguros e 49,84% disseram não terem a sensação de segurança. Os resultados mostram um equilíbrio nas respostas, pois pode se considerar que metade dos moradores se sentem seguros e a outra metade não (Gráfico 21).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

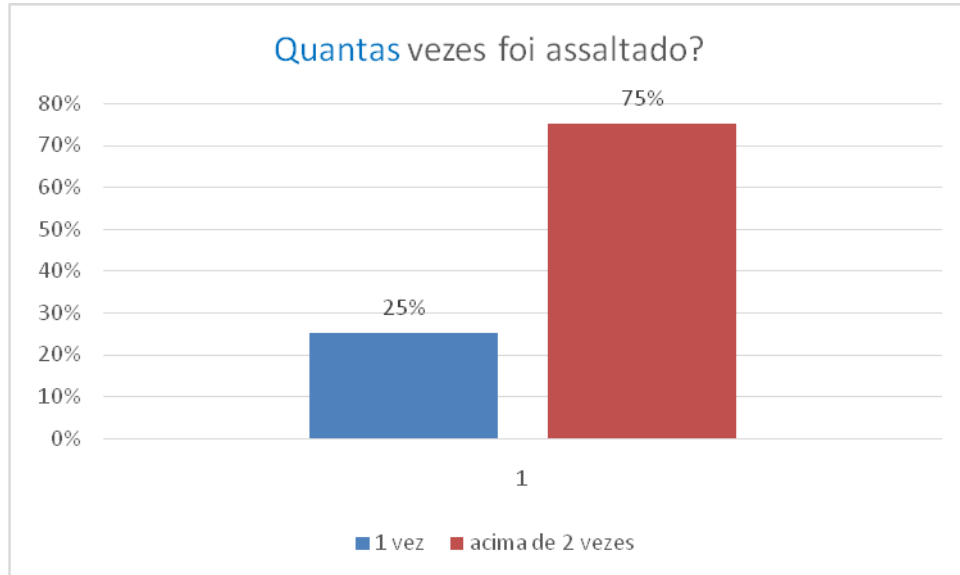
Ainda sobre segurança, foi questionado se os moradores já haviam sido assaltados no bairro, 77,74% responderam nunca terem sido assaltados enquanto 22,26% já foram assaltados (Gráfico 22). Estes dados, comparados com os do Gráfico 21, revelam porque há uma grande sensação de segurança por parte dos questionados.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Porém, dos 22,26%, que foram assaltados, 75% destes sofreram violência acima de duas vezes, enquanto 25% foram assaltados uma única vez (Gráfico 23).

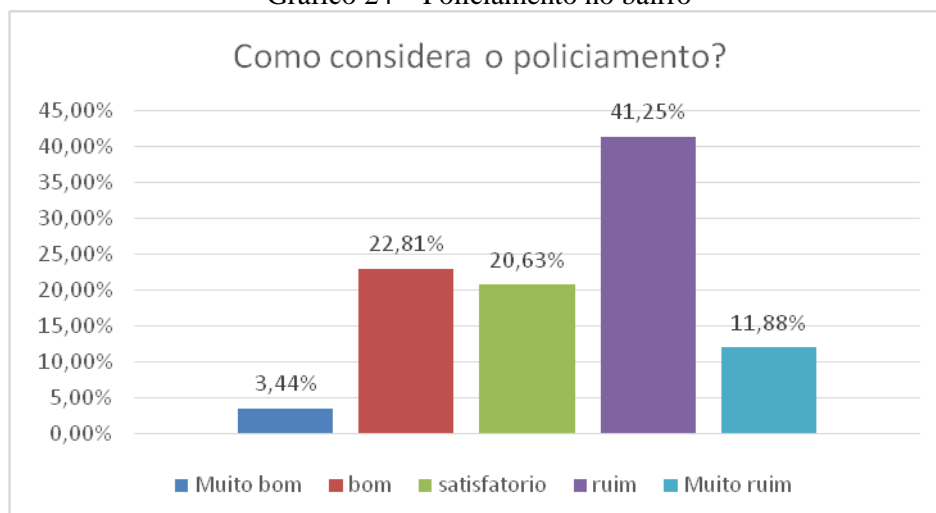
Gráfico 23 – Número de ocorrências de assaltos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para o Gráfico 24, foi solicitado que o questionado qualificasse o policiamento em Praia do Flamengo. Dos entrevistados, 41,25% considera ruim, 22,81% considera bom, 29,63% diz ser satisfatório e 11,88% classifica como muito ruim. Pode-se inferir, então, que mais da metade (53,13%), considera o policiamento negativo. A outra parte classifica entre satisfatório e muito bom.

Gráfico 24 – Policiamento no bairro



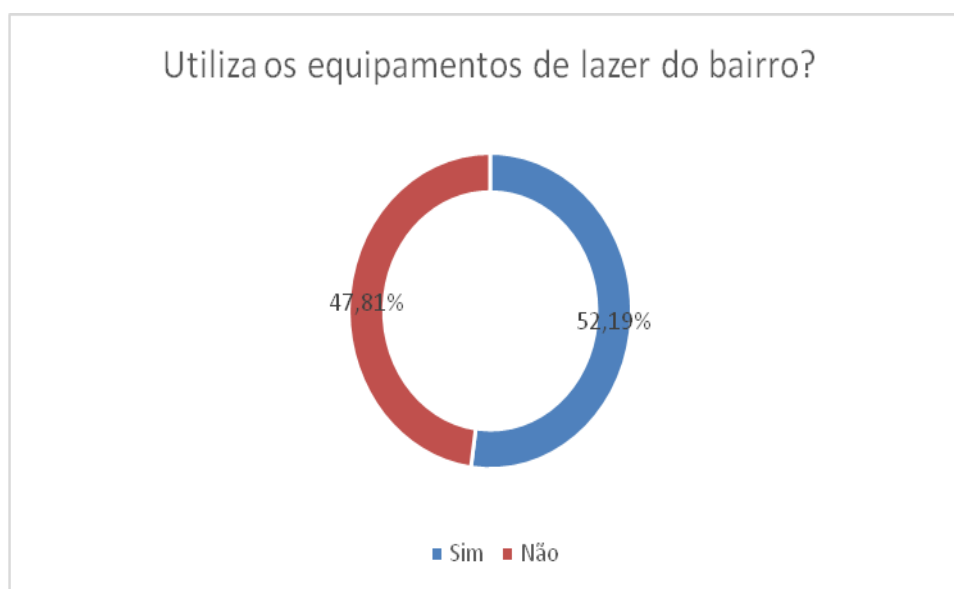
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5.4 TURISMO E LAZER

As perguntas que constam no item Turismo e Lazer são as que estão diretamente ligadas à percepção dos moradores da Praia do Flamengo sobre o Parque das Dunas. Combinadas às questões anteriores, tais perguntas possibilitam observar um panorama da percepção destes moradores acerca do Parque das Dunas, especificamente.

Para o Gráfico 25, os moradores foram interpelados a responderem se costumam utilizar os equipamentos de lazer do bairro, e o resultado foi um número bastante equilibrado. No qual 52,19% responderam que sim e 47,81% responderam que não utilizam tais equipamentos de lazer.

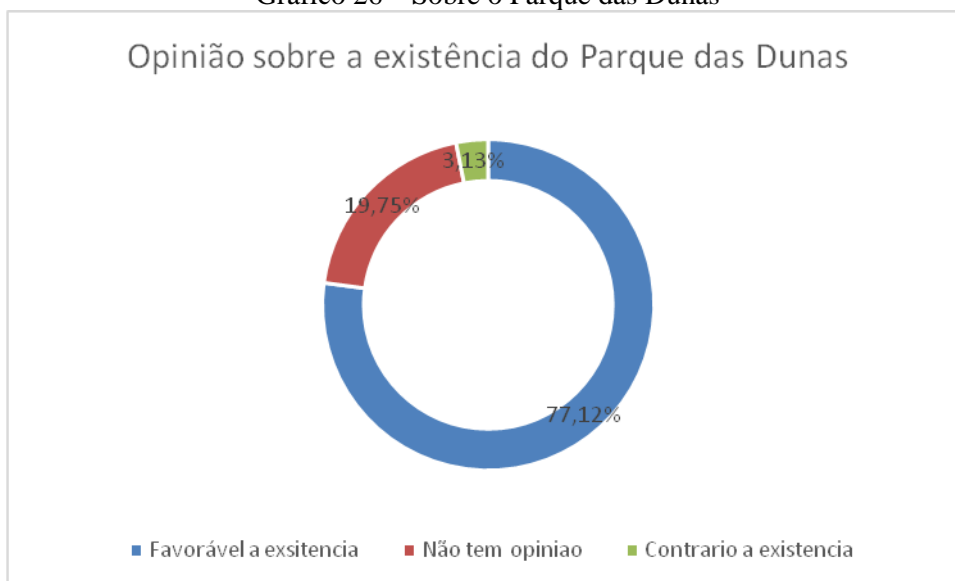
Gráfico 25 – Lazer no bairro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Questionados sobre a opinião em relação à existência do Parque das Dunas dentro do poligonal do bairro Praia do Flamengo, os moradores majoritariamente responderam que são favoráveis à existência do parque, perfazendo um total de 77,12% dos entrevistados; já 19,75% disseram não ter opinião sobre a existência do parque e apenas 3,13% se declararam contrário à existência deste espaço, conforme é possível observar mediante a representação apresentada no Gráfico 26, a seguir.

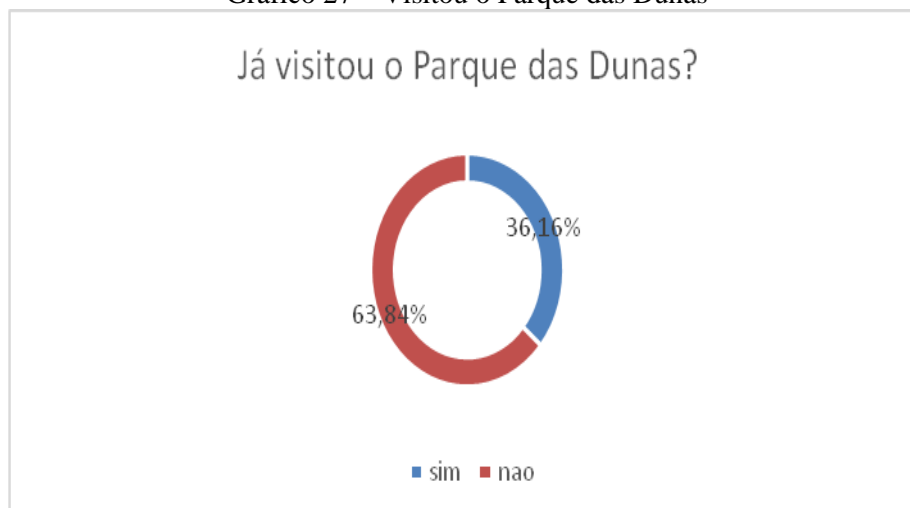
Gráfico 26 – Sobre o Parque das Dunas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao serem solicitados a responder se já haviam visitado o Parque das Dunas, 63,84% dos questionados afirmaram nunca ter visitado o parque, enquanto apenas 36,84% já haviam visitado o parque. Menos da metade dos moradores, mesmo sendo vizinhos, conhecem o parque (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Visitou o Parque das Dunas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com o objetivo de aprofundar a percepção do morador do entorno do parque sobre o Parque das Dunas, foi questionado aos moradores que se declararam já o terem visitado (36,16%), o que mais gostam no parque (Gráfico 28). Ressaltamos que, nesta questão, os respondentes ficaram à vontade para falarem o que desejassem, já que esta pergunta não foi

induzida. Os termos mais lembrados foram, por ordem crescente: Preservação, natureza, meio ambiente, biodiversidade, conservação, diversidade, animais, paisagem, cuidado, fauna e cuidado ambiental. Demonstrando, então, que estão em sintonia com a realidade do parque.

Gráfico 28 – O que mais gosta no Parque



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

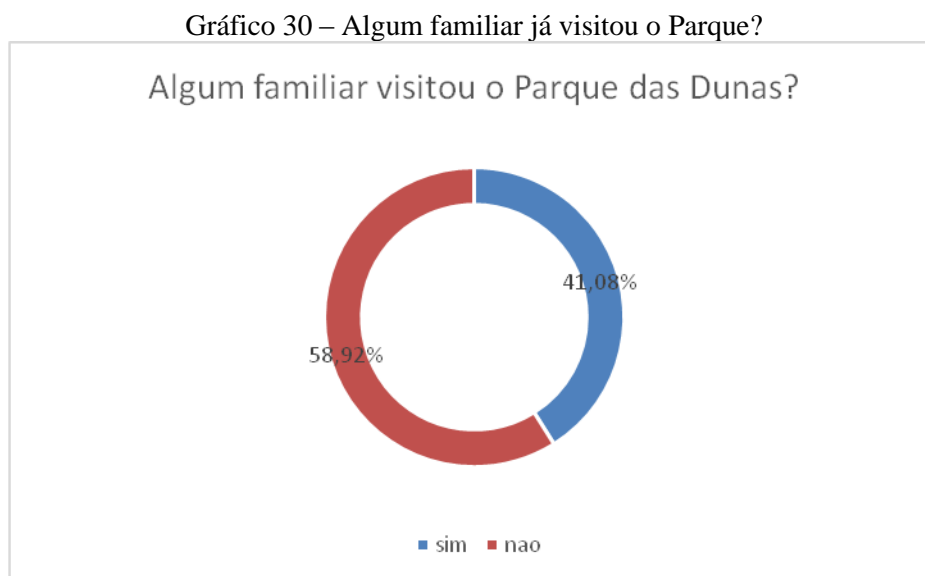
Diametralmente, foi perguntado aos moradores que declararam já terem visitado o Parque das Dunas (36,16%), o que menos gostam na localidade (Gráfico 29). Ressaltamos, também, que nesta questão, os entrevistados ficaram à vontade para falarem o que desejassem. Os termos citados com mais frequência foram, por ordem de número de citação: falta de conservação, falta de divulgação, falta de manutenção, falta de infraestrutura e insegurança.

Gráfico 29 – O que menos gosta no Parque



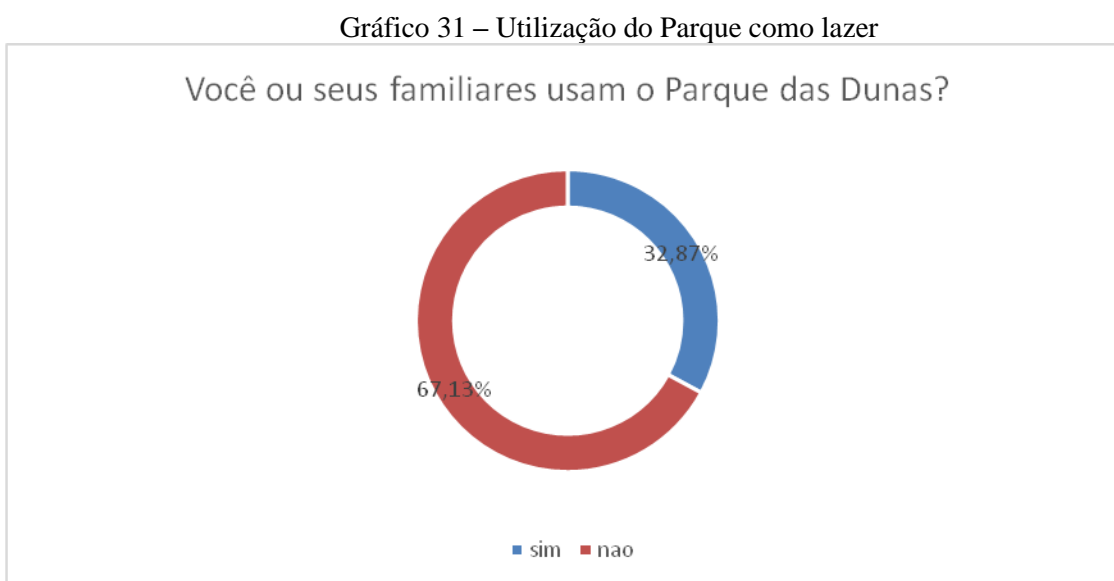
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Perguntados se sabiam que algum familiar já houvesse visitado o parque, 58,92% respondeu que não e 41,08% disse que sim, ou seja, mesmo sendo vizinhos do parque, os moradores ou seus familiares não têm curiosidade de conhecer o parque (Gráfico 30).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao serem interpelados se os mesmos ou algum familiar utilizam o parque das Dunas como equipamento de lazer, 67,13% disseram que não e somente 32,87% disseram já o terem feito (Gráfico 31).

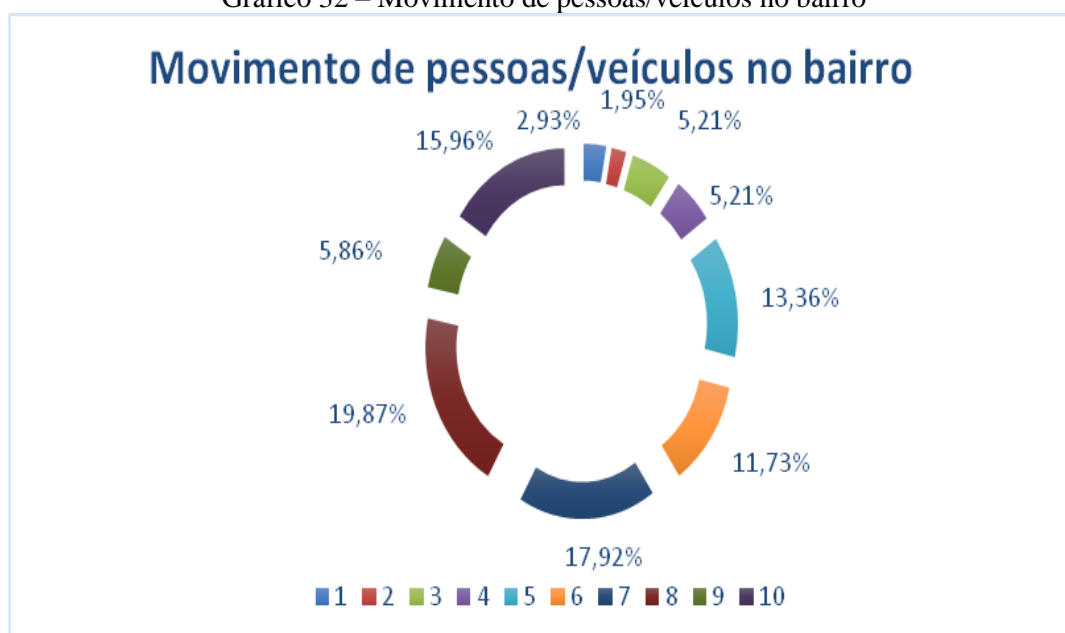


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nas questões 32 e 33 foi dada ao entrevistado a opção de pontuar com valores entre 1 (um) e 10 (dez), onde 1 (um) significa algo negativo e 10 (dez) algo positivo, acerca do

incômodo que o parque poderia causar, devido à sua proximidade das residências, em relação à circulação de pessoas e veículos e em relação à presença de animais, respectivamente. No Gráfico 32, que aborda sobre um provável incômodo, devido a um provável aumento do fluxo do movimento de pessoas/veículos, 19,87% pontuaram com 8 (oito) e 17,92% pontuaram com nota 7 (sete); 15,96% pontuaram com 10 (dez); em seguida 11,73% pontuaram com nota 6 (seis), ou seja, 65,48% pontuaram com notas maiores que 6 (seis), o que permite concluir que, sendo 5 (cinco) a média, observa-se que não se sentem incomodados.

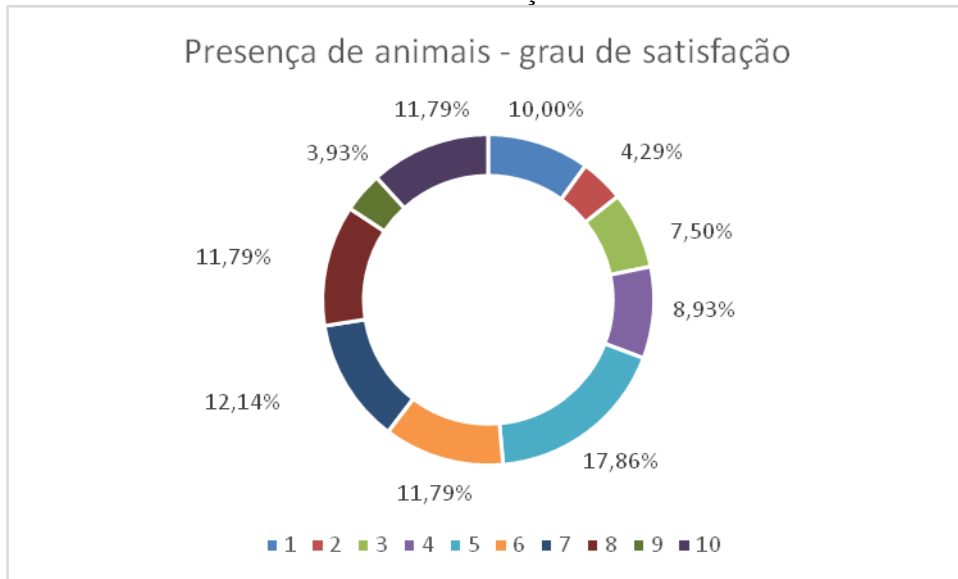
Gráfico 32 – Movimento de pessoas/veículos no bairro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em relação ao incômodo causado, por um provável aumento de animais, e neste caso poderiam ser animais de diversas montas, desde insetos, répteis e de porte maior. A percepção dos moradores sobre o tema foi: 17,86% deu nota 5 (cinco); 12,14% deu nota 7 (sete); as notas 6 (seis), 8 (oito) e 10 (dez) foram marcadas, cada uma, por 11,79% das pessoas entrevistadas, demonstrando que 65,37%, a maioria, acha que a presença do parque, não faz com que os animais causem algum incômodo, conforme se observa no Gráfico 33, disponibilizado a seguir.

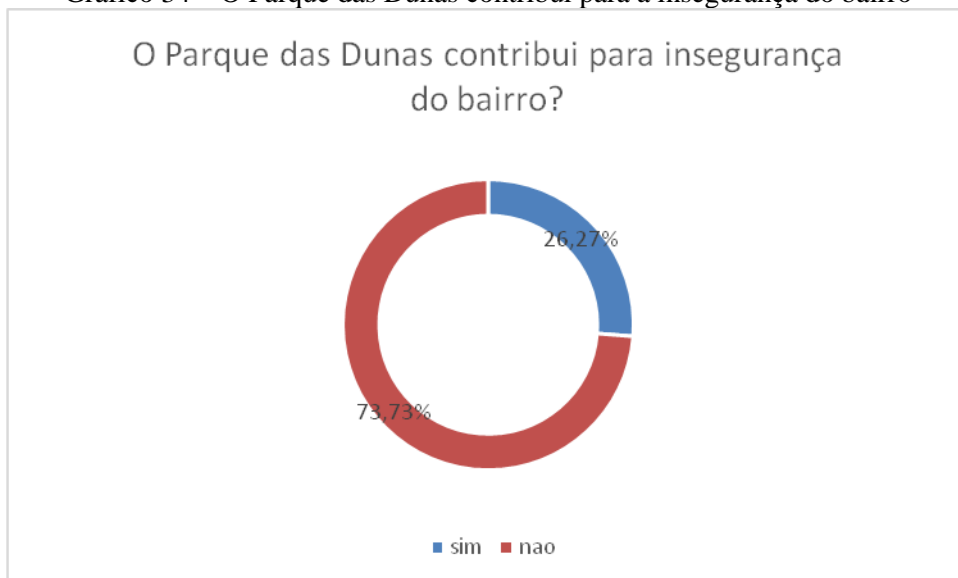
Gráfico 33 – Presença de animais



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foi perguntado se o parque das Dunas contribuiu para a insegurança do bairro (Gráfico 34), 73,73% dos entrevistados disseram que não e 26,27% responderam que sim. Isso demonstra que, para os moradores, o parque não é mais um causador de insegurança.

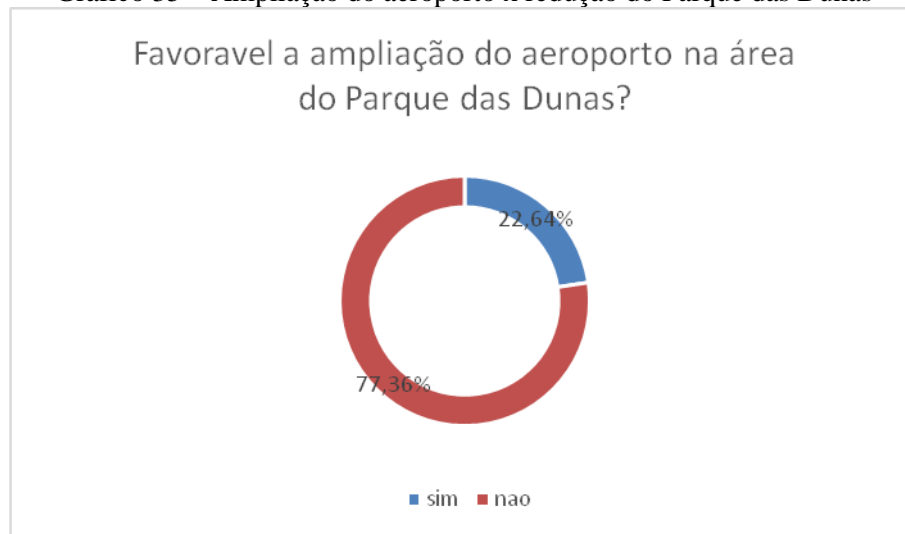
Gráfico 34 – O Parque das Dunas contribui para a insegurança do bairro



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os moradores foram ouvidos no sentido de emitirem sua opinião sobre aprovarem ou não a ampliação do aeroporto em detrimento do tamanho espacial do parque. 77,36% respondeu ser desfavorável a que isto aconteça e 22,64% disse ser favorável à redução do tamanho do parque para o aumento do aeroporto de Salvador (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Ampliação do aeroporto x redução do Parque das Dunas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao serem questionados sobre a importância do parque das Dunas para a cidade, 93,06% responderam que o parque é importante para a cidade, e apenas 6,94% disseram o contrário (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Importância do Parque para a cidade

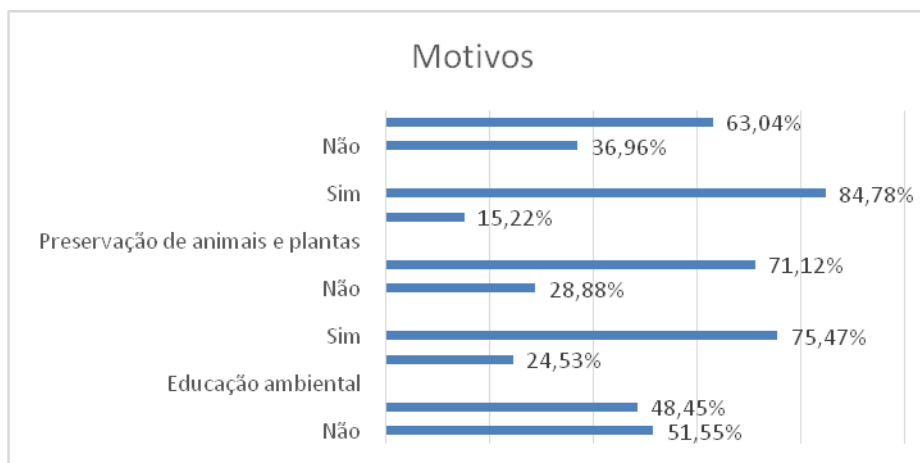


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foram dadas 6 (seis) alternativas para os moradores, a fim de emitirem sua opinião sobre a importância do parque, relacionado com as proposições sugeridas, a saber: educação ambiental, preservação de animais e plantas, lazer da população, cartão postal, influência no clima urbano ou nenhuma das alternativas. No que se refere ao clima urbano 63,04% disse influenciar e 36,96% disse que não; 84,78% opinou que o parque é importante para a preservação de animais e plantas e apenas 15,22% disse não ser; sobre a possibilidade de ser

um equipamento de lazer importante, 71,12% disse que sim e 28,88% disse que não e 75,47% acham o parque importante para a educação ambiental e 24,53% acham que não.

Gráfico 37 – Importância do Parque das Dunas para a cidade



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com a demonstração dos dados da pesquisa e a aferição destes, assim como sua análise, conseguimos alcançar os objetivos traçados para esta pesquisa e pode-se notar que todas as questões obtiveram suas respectivas respostas e estas possibilitaram a leitura de todo o conjunto dos entrevistados, assim como suas percepções sobre os questionamentos e os dados necessários para entendermos a percepção destes moradores em relação ao seu local de residência, o bairro Praia do Flamengo, e ao Parque das Dunas, objeto de estudo deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar a percepção dos moradores do entorno do Parque das Dunas quanto às múltiplas funções que este parque exerce para a cidade de Salvador – Bahia. E teve como problema responder em que medida os moradores do entorno do referido parque conseguem perceber a sua existência e importância como um equipamento que desenvolve múltiplas funções para estes e para a cidade na qual se insere.

Para que se responda tanto o objetivo, quanto o problema proposto na metodologia deste trabalho, foi necessário fazer uma pesquisa bibliográfica sobre determinados conceitos que abrangem as cidades, os espaços públicos existentes nas cidades, qualidade de vida proporcionada por estes espaços públicos e conforto térmico em consequência da existência de espaços verdes inseridos nas cidades. Também foram analisadas as características dos parques urbanos que existem na cidade de Salvador e, por fim, dentro da pesquisa teórica foi discutido o Parque das Dunas.

No entanto, a etapa do trabalho mais importante para responder tanto os objetivos do trabalho, quanto o seu problema, foi a etapa de campo, na qual pôde-se ouvir, trezentos e vinte moradores, *in loco*. Através de um questionário, constante de 37 questões, que versam sobre a caracterização da população, infraestrutura do bairro, segurança pública e turismo e lazer, foi possível concentrar as questões inerentes ao Parque das Dunas e, desse modo, conhecer o que pensam os moradores do entorno do parque sobre esta área verde inserida na metrópole.

Para tanto, foram analisadas todas as questões aplicadas a estes moradores, e ao final da análise de sua totalidade, concluímos que os moradores não conhecem o Parque das Dunas, não o visitam e não sabem, efetivamente, de suas múltiplas potencialidades. Para chegar a esta conclusão, a pesquisadora analisou mais detalhadamente o conjunto de respostas, como pode ser visto a seguir.

Como já se suspeitava, no que concerne aos moradores deste bairro, trata-se de uma população de classe média e classe média alta, curiosamente, dentre os entrevistados a maioria foi do sexo masculino, com a maior parte estando na faixa de 16 (dezesseis) a 31 (trinta e um) anos de idade. A maior parte dos entrevistados possui apenas um filho, a maioria ali reside há mais de 20 anos, com famílias, em maior número, formadas por três membros – justamente em razão de a maioria possuir apenas um filho, dentre os que disseram que são pais.

Ainda em consonância com estes resultados, observamos que, dentre os entrevistados, quase metade destes ou possui ensino superior ou ensino médio e a maior concentração de renda varia entre dois e dez salários mínimos. Ou seja, estamos diante de um universo com alto grau de escolaridade, que trabalha remuneradamente, com bons salários e famílias planejadas. Paralelo a isso, é um universo de pessoas que sinalizaram gostar de morar no bairro, especialmente por este lhes proporcionar: tranquilidade, lazer, proximidade com a praia e contato com o meio ambiente. Apesar de terem diversas queixas no que tange aos serviços comerciais oferecidos no bairro, a ausência da ação do poder público, assim como a não satisfação total com a infraestrutura existente na localidade, mesmo assim, uma parte significativa deles se diz satisfeita com a referida infraestrutura.

Em relação à segurança pública do bairro, os residentes estão divididos quanto à sensação de estarem seguros. No entanto, a maioria nunca sofreu nenhum tipo de violência, apesar desta mesma percentagem afirmar que o policiamento é muito ruim. Apesar da sensação de insegurança, metade da população têm o hábito de utilizar os equipamentos de lazer existente no local, que são basicamente a praia e as praças, ambos equipamentos ao ar livre. Ou seja, esta metade da população, que também se sente insegura, se propõe a ficar exposta com o objetivo de usufruir de espaços públicos, para ter lazer.

No entanto, diferentemente da maioria da população da cidade de Salvador, que em seus bairros não possui espaços públicos para usufruírem de atividades de lazer, inclusive ao ar livre, e que muitas vezes se deslocam dos seus bairros para visitarem parques públicos, como por exemplo, o Parque da Cidade, o Dique do Tororó, o Parque de Pituacu, os moradores da Praia do Flamengo são vizinhos de um parque aberto ao público. Este espaço pode, então, proporcionar a eles o lazer próximo à natureza, item muito valorizado pelos moradores, já que foi amplamente citado em suas respostas, ao falar do que mais gostavam por viver em seu bairro, que é o contato com o meio ambiente.

O que se pode concluir é que, dos moradores entrevistados, vizinhos ao entorno do parque das dunas, a maioria é favorável à existência do Parque das Dunas dentro do bairro Praia do Flamengo e eles não se sentem ameaçados ou incomodados por o parque existir ali. De uma forma geral, são contrários à ampliação do aeroporto em detrimento do parque. No entanto, esta mesma maioria, juntamente com seus familiares, nunca visitou o referido parque. Destacamos aqui que foi aferido que este mesmo contingente vive no bairro há mais de 20 anos.

A menor parte, que já visitou o parque, em pelo menos uma vez, destaca como positivo a preservação ambiental, a biodiversidade, o contato com a natureza e a

capacidade do parque em proporcionar a preservação do meio ambiente. Porém, se queixam da falta de conservação, infraestrutura não adequada, falta de manutenção deste, além de se sentirem inseguros dentro do parque, no entanto, dos itens citados referentes aos pontos negativos do parque, o destaque foi para a falta de divulgação por parte do parque das Dunas.

Desta forma, percebe-se que, apesar desta população apreciar a prática de lazer em ambientes públicos que os coloquem em contato com a natureza, estes mesmos indivíduos desconhecem totalmente o parque, apesar de serem vizinhos, e muitas vezes suas residências fazem limites com o espaço físico do parque. O que nota-se é que esta referida população, apesar de ter grau de instrução alto, pois muitos possuem inclusive pós graduação, e de possuírem uma renda, relativamente alta, se compara com o restante da população de outros bairros mais populares de Salvador, e de ainda, citarem ser importante o contato com a natureza, não têm em seus hábitos o costume de visitar parques públicos como fonte de lazer.

A percepção da autora é de que os moradores, apesar de possuírem todos os atributos para tal, como: financeiro, escolaridade, proximidade e etc., se isolam do Parque das Dunas, não o absolvem como algo orgânico que faz parte de seu local residencial e muito menos o coloca como prioridade para ser um local preservado e valorizado no que tange às questões ambientais. Também, não estimulam seus filhos e família, como um todo, à visitarem-no e conseqüentemente o fazer se tornar um equipamento primordial para educação dos mesmos e da cidade de Salvador como um todo.

Esta população, objeto deste estudo, precisa se posicionar em relação à existência, manutenção e sobrevivência do parque. Pois só assim, terão à convivência próxima à natureza, como tanto almejam e poderão dar sua parcela de contribuição para que, conseqüentemente, os problemas com segurança e preservação ambiental do bairro sejam colocados como prioridade para todos os moradores de uma forma geral. Pois ao transformarem o Parque das Dunas como equipamento importante para o bairro e a cidade, mais políticas públicas serão levadas ao bairro.

A recomendação que se faz é que fica evidente a urgência da necessidade de um projeto de educação ambiental, pensando para além dos “muros” do Parque das Dunas, com foco na sua população limítrofe. Pois acredita-se que, se estes moradores frequentassem o parque, teriam um sentimento maior de pertencimento e valoração de sua importância, de forma que este equipamento teria uma frequência de visitantes mais contingenciada, e qualificada. Isso porque os moradores estariam cientes do potencial e

benefício que o parque pode proporcionar no que se refere à influência do clima urbano, ao lazer que pode oferecer, além da preservação da biodiversidade, aliando todas estas questões à educação ambiental dos próprios frequentadores e toda sua família.

Além do mais, os responsáveis pelo Parque das Dunas, juntamente com os órgãos oficiais de turismo da cidade de Salvador e do estado da Bahia, assim como com as empresas ligadas ao turismo receptivo de Salvador: agências de viagens, operadoras turísticas, hotéis e associações dos guias de turismo, dentre outros, devem fazer um estudo para inserir o Parque das Dunas nos roteiros turísticos da cidade de Salvador, para que o mesmo possa fazer parte dos passeios turísticos dos visitantes da cidade.

Esta ação faria com que o parque se tornasse um equipamento importante e economicamente rentável para a atividade turística, já que o mesmo tem todo o apelo necessário aos turistas, pois é próximo ao mar, às barracas de praia e é um equipamento com biodiversidade, além de o mesmo ser uma opção de prática de trilhas ecológicas dentro da cidade, ou seja, é uma opção completa para um passeio que agradará à diversas necessidades dos turistas, podendo tornar-se um roteiro turístico específico a ser oferecido aos visitantes dentro de Salvador.

O que podemos concluir é que, além de um trabalho estruturado e bem projetado de educação ambiental, não só para a vizinhança do parque, como para a população da cidade, de uma forma geral, a gestão do Parque das Dunas também precisa pensar métodos de divulgar o parque para seus vizinhos. Entende-se que isso faria com que a população e, especialmente, a vizinhança se tornassem aliados do Parque e pudessem colaborar com o fortalecimento da imagem e a perpetuação de sua existência e preservação como um todo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. C. C. T.; GOMES, M. A. S. **Arborização e Conforto Térmico no Espaço Urbano**: Estudo de Caso nas Praças Públicas de Presidente Prudente (SP). 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15319/8618>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- AMORIM, M. C. C. T; BOVO, M. C. **Análise e Diagnóstico dos parques Urbanos em Maringá (PR) Brasil**. 2003. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/2466/1737>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- ASCHER, F. **Metapolis Acerca do Futuro das Cidades**. Celta: Oeiras, 1998.
- A TARDE, **A TARDE on UOL**. 2018. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br>. Acesso em: 6 out. 2018.
- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: Um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.
- BERTIOGA. **Cartilha Ambiental**. 2017. Disponível em: http://www.bertioga.sp.gov.br/wp-content/themes/bertioga/assets/pdf/AU6_Cartilha_AU.pdf. Acesso em: 6 out. 2018.
- BORJA, J. Urbanismo e cidadania. *In: CIVISMO: las claves de la convivencia*. Barcelona: [s.n.], 2006.
- BRANDÃO, A. M. P. M. e LUCENA, A. J. L. A ilha térmica e sua influência no conforto humano na área central da cidade do Rio de Janeiro. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA*, 8., **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Introdução à Estatística Espacial para a Saúde Pública. *In: FUNDAÇÃO OSWALDO Cruz; SANTOS, Simone M.; SOUZA, Wayner V. (Org.). Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Série Capacitação e Atualização em Geoprocessamento em Saúde. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/TEXTOS_CURSO_VIGILANCIA/capacitacao_e_atualizacao_em_geoprocessamento_em_saude_3.pdf. Acesso em: 24 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. 2018. Disponível em : <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>. Acesso em: 6 out. 2018.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000**. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e das outras providências. Disponível em:

https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/snuc_sistema%20nacional%20de%20unidades%20de%20conservacao.pdf. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. **Democratização e gestão ambiental**: Em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. **Crise urbana** [S.l]: [s.n.], 2015. Disponível em: http://imagens.travessa.com.br/capitulo/CONTEXTO/CRISE_URBANA-9788572448802.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

CARVALHO, M. E. C. **As áreas verdes de Piracicaba**. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1982.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C. Espaços Livres e Qualidade de Vida Urbana. **Paisagem Urbana**, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/135315/131186>. Acesso em: 3 jul. 2018.

CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, **Revitalização do Rio Cheonggyecheon**: Coréia do Sul. 2018. Disponível em: www.cidadederibeiraopreto.com.br/. Acesso em: 6 out. 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, C. S. Áreas Verdes: Um elemento chave para a sustentabilidade urbana. A abordagem do projeto Greenkeys. **Arquitextos**, São Paulo, 11.126, Vitruvius, nov. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.126/3672>. Acesso em: 6 ago. 2018.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOLDMAN, P. **Searching For History in Organizational Theory**: Comment on Kieser. *Organization Science*. v. 5, n. 4, 1994.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. **A vegetação nos centros urbanos**: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. 2003. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nos%20centros%20urbanos.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

HOEHNE, F. C. **Arborização Urbana**: fruto da observação e experiência de longos anos, oferecidos aos senhores Prefeitos. São Paulo: Instituto de Botânica, 1944. Separata do Relatório Anual do Instituto de Botânica referente a 1943.

KOEHNE, A. **Mapa Geral de Salvador – BA com Nome e Localização dos Principais Bairros**. 2007. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bairros_de_Salvador.png. Acesso em: 7 ago. 2018.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LIMA, A. M. L. P. et al. Problemas na Utilização na Conceituação de Termos como Espaços Livres, Áreas Verdes e Correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Imprensa Emater/MA, 1994.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades – O Caso da Cidade do Porto. **OBSERVATORIUM – Revista Eletrônica de Geografia**, Universidade do Porto-Portugal, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.
- MENDES, R. **Dique do Tororó**. 2018. Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/dique-tororo.htm>. Acesso em: 8 out. 2018.
- OLIVEIRA, I. **Pé na Rota: Parque Metropolitano de Pituacu**. 2017. Disponível em: <http://www.penarota.com.br/11-parques-de-salvador-para-fugir-do-roteiro-convencional/>. Acesso em: 6 out. 2018.
- PASQUALETTO, A.; SILVA, J. B. **O Caminho dos Parques Urbanos Brasileiros: Da Origem ao Século XXI**. 2013. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/2919/1789>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança e Defesa Social**. Curitiba: Juruá, 2014.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Decreto Municipal nº 19.093/08 em 27 de novembro de 2008**. 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2008/1909/19093/decreto-n-19093-2008-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-areas-de-terreno-com-acessos-e-benfeitorias-porventura-existentis-nos-trechos-que-indica-localizadas-na-zona-urbana-do-municipio-do-salvador-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 out. 2018.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Sobre o parque**. 2018. Disponível em: <http://parquedacidade.salvador.ba.gov.br/index.php/sobre-o-parque>. Acesso em: 6 out. 2018.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008.

SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p.17-24, 2002. Disponível em: http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm. Acesso em: 6 ago. 2018.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

SERPA, A. Fatores socioculturais na avaliação de impactos ambientais: o caso da periferia de Salvador. **Cadernos do Expogeo**, Salvador, v. 9, n. 9, p. 23-33, 1998.

SERPA, A. Gestão Territorial do Sistema de Parques Públicos em Salvador, Bahia. **Contradições de Paradoxos**, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/6208/7252>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SOUZA, S. S. **Caracterização Hidrogeoquímica das Lagoas Costeiras do Parque das Dunas, Salvador – BA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geoquímica). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

SOUZA, C. **Parque São Bartolomeu**. 2015. Disponível em: <http://www.bahiaja.com.br/turismo/noticia/2015/03/25/parque-sao-bartolomeu-vira-ponto-de-atracao-turistica-em-salvador,80504,0.html>. Acesso em: 6 out. 2018.

SPOSITO, E. S. **A Vida nas Cidades**. 5. ed. 2.reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

SUSTENTARQUI. **Ilhas de Calor**. 2017. Disponível em: <https://sustentarqui.com.br/o-que-sao-ilhas-de-calor/>. Acesso em: 06 out. 2018.

TRIBUNA DA BAHIA. Dunas de Salvador estão desprotegidas. **Tribuna da Bahia**, Salvador, s. n., 8 jan. 2014. Disponível em: <http://www.tribunadabahia.com.br/2014/01/08/dunas-de-salvadorestao-desprotegidas>. Acesso em: 10 set. 2018.

UNIVERSIDADE LIVRE DAS DUNAS. **Apresentação**. Salvador: [s.n.], [201-?]. Disponível em: www.unidunas.com.br/apresentacao. Acesso em: 10 set. 2018.

UNIVERSIDADE LIVRE DAS DUNAS. **Comunicação pessoal**. Salvador, Parque das Dunas, 04 out. 2018.

UNIVERSIDADE LIVRE DAS DUNAS. **Histórico**. Salvador: [s.n.], [201-?]. Disponível em: www.unidunas.com.br/historico. Acesso em: 10 set. 2018.

UNIVERSIDADE LIVRE DAS DUNAS. **Manual para Formação e Capacitação de Condutores de Trilhas**. Salvador: [s.n.], 2014a.

UNIVERSIDADE LIVRE DAS DUNAS. **Notícias**. Salvador: [s.n.], 2014b. Disponível em: www.unidunas.com.br/category/noticias. Acesso em: 10 set. 2018.

UNIVERSIDADE LIVRE DAS DUNAS. **Primeira Alteração do Estatuto da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público / OSCIP da associação denominada UNIDUNAS - Universidade Livre das Dunas**. Salvador: [s.n.], 2013.

UNIFACS. Universidade Salvador. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.unifacs.br/mestrado/mestrado-em-desenvolvimento-regional-e-urbano/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

VEREOUVIR. Ong Ver e Ouvir. **Oscip**. Disponível em: <https://vereouvir.org.br/biblioteca/artigos/oscip.doc>. Acesso em: 19 jun. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. . Porto Alegre: Bookmam, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário



Percepção Moradores Praia do Flamengo

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa relacionada a percepção dos moradores sobre o bairro Praia do Flamengo - Salvador /BA. Sua participação é muito importante e as respostas irão ajudar a compreender melhor a realidade do local de onde o senhor (a) mora. Quero agradecer pela sua participação e informar que o questionário não é identificado e todas as respostas serão mantidas em sigilo.

**QUESTIONÁRIO PERCEPÇÃO DOS
MORADORES BAIRRO PRAIA DO FLAMENGO**

Data da Entrevista: ____/____/2018 N° do Quest.: ____
 Entrevistador: [A]; [C]; [J]; [O]; [M]; [T]
 Estrato Espacial: _____
 N° de identificação do questionário: _____

I – CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Q1- Sexo

[1] Masculino [2] Feminino

Q2- Idade _____

Q3- Qual seu estado civil?

[1] Solteiro(a) [2] Casado / União estável(a)
 [3] Separado /Divorciado(a) [4] Viúvo (a)

Q4- O Sr. (a) tem filhos?

[1] SIM [2] NÃO

Q5- Se sim, quantos? _____

Q6- Há quanto tempo reside neste bairro?

_____ anos (Se menor de 1 ano preencher com 00)

Q7 – Contando com o Sr. (a) Quantas pessoas moram com em sua casa? _____

Q8- Qual é a sua escolaridade?

[1] Não frequentou a escola [2] Primário
 [3] Ensino fundamental [4] Ensino médio
 [5] Superior (Universitário) [6] Pós-graduação

Q9- Está trabalhando de forma remunerada atualmente ou tem alguma outra fonte de renda?

[1] SIM [2] NÃO

Q10- Se sim, o trabalho é:

[1] COM carteira assinada [2] SEM carteira assinada
 [3] Autônomo/Empresário [4] Aposentado ou pensionista
 [5] Funcionário público [6] Não se aplica

Q11- Qual a sua renda média mensal?

[1] Menos de 1 salá. mín. [2] 1 salá. mín.
 [3] De 2 a 5 salá. mín. [4] De 6 a 10 salá. mín.
 [5] Mais que 10 salá. mín.
 [6] Não tem renda

II – INFRAESTRUTURA DO BAIRRO

Q12 – o Sr. (a) gosta de morar neste Bairro?

[1] SIM [2] NÃO

Q13 – o que o Sr. (a) mais gosta aqui neste bairro?

Q14 – o que o Sr. (a) menos gosta aqui neste bairro?

Responda as perguntas a seguir com um numero numa escala 1 a 10, onde na resposta numero 1 você está totalmente insatisfeito e na resposta numero 10 você está extremamente satisfeito.

De forma geral, quão satisfeito ou insatisfeito está com a Infraestrutura do seu bairro?

Q15 – Sistema de Saneamento Básico (rede de esgoto):

☹️ ☺️

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Q16 – Coleta de Lixo:

☹️ ☺️

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Q17 – Pavimentação das ruas:

☹️ ☺️

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Q18 – Iluminação Pública:

☹️ ☺️

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Q19 – Oferta de estabelecimentos comerciais (mercados, bancos, farmácias, etc)

☹️ ☺️

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Q20 – Sistema de Transporte público

☹️ ☺️

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

III – SEGURANÇA PÚBLICA

Q21 – Sr. (a) se sente seguro no seu Bairro?

[1] SIM [2] NÃO

Q22 – Sr. (a) já foi assaltado ou sofreu algum tipo de violência física no seu Bairro?

[1] SIM [2] NÃO

Q23 - Se sim, quantas vezes? _____ se não preencha com 99

Q24 – Como Sr. (a) considera o serviço de policiamento do seu Bairro?

- [1] Muito Bom
- [2] Bom
- [3] Satisfatório
- [4] Ruim
- [5] Muito Ruim

IV – TURISMO E LAZER

Q25 – Costuma desfrutar dos equipamentos de lazer do seu bairro?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Q26 – Qual a sua opinião sobre o parque das Dunas?

- 1] favorável a existência do parque
- [2] não tem opinião sobre o parque
- [3] Contrário a existência do parque

Q27 – O Sr. (a) já visitou o parque das dunas?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Se sim,

Q28 – O que o Sr. (a) mais gosta no parque das dunas?

Q29 – O que o Sr. (a) menos gosta no parque das dunas?

Q30 – Algum familiar já visitou o parque?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Q31 – O Sr. (a) ou seus familiares utilizam o parque das dunas como equipamento de lazer?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Quanto à proximidade do Parque das Dunas, como o Sr. (a) avalia com nota de 1 a 10?

Q32 – movimento de pessoas/veículos no bairro:



Q33 – presença de animais:



Q34 – O Sr. (a) acha que a existência do parque das dunas contribui para insegurança no bairro?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Q35 – O Sr. (a) é favorável a possibilidade de ampliação do aeroporto reduzindo o tamanho do parque das dunas?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Q36 O Sr. (a) acha importante existirem parques como o parque das dunas na cidade?

- [1] SIM
- [2] NÃO

Se sim, por quais motivos?

